

XXI CONGRESSO

ALMADA 13,14,15
DEZ' 2024



TESES – PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA



FORÇA DE ABRIL.
TOMAR A INICIATIVA COM OS TRABALHADORES E O POVO.
DEMOCRACIA E SOCIALISMO

O XXII Congresso do Partido é um momento de reflexão colectiva relativamente à evolução da situação nacional e internacional, de avaliação das condições de luta que os trabalhadores e o Povo português enfrentam, sobre o Partido, o reforço da organização, da intervenção e iniciativa partidária, e de definição das principais orientações e tarefas futuras.

As Teses – Projecto de Resolução Política aprovadas na reunião do Comité Central de 21 e 22 de Setembro, para discussão nas organizações do Partido, não sendo um documento acabado, constituem a base para esse debate e o seu enriquecimento e aperfeiçoamento requer o empenhamento de cada um dos militantes do Partido, quer na sua participação nas reuniões e plenários convocados para o efeito quer com a contribuição individual, de modo a que o resultado do debate do XXII Congresso constitua a vontade do colectivo partidário e um importante contributo para a luta que travamos.

A situação do País e do mundo exige um Partido mais forte, ligado às massas e capaz de enfrentar novas exigências, de resistir e avançar na luta pela ruptura com a política de direita, com vista à concretização de uma alternativa patriótica e de esquerda e à realização de uma Democracia Avançada com os valores de Abril no futuro de Portugal, pelo socialismo e o comunismo



Propriedade Partido Comunista Português

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600-196 Lisboa
NIF: 500 940 673

Distribuição ADE

Editorial «Avante!», SA
Campo Grande, 220-A
1700-094 Lisboa
Tels.: 21 816 17 60 – 21 816 16 68

Impressão

Lisgráfica — Impressão & Artes Gráficas, SA
Estrada de São Marcos, 27
São Marcos
2735-521 CACÉM

Depósito legal:

ERC 102 235
ISSN 0870-1865

Suplemento do jornal  n.º 2652 de 26 de Setembro de 2024
(não pode ser vendido separadamente)

ÍNDICE

Capítulo 1 – A evolução da situação internacional e a luta dos trabalhadores e dos povos.....	5
1.1. Capitalismo, um sistema em crise que não dá resposta aos problemas e aos anseios da Humanidade	5
1.2. A estratégia de confrontação e guerra promovida pelo imperialismo, a maior ameaça aos povos do mundo	8
1.3. O processo de reorganização de forças no plano mundial e a luta pela soberania, o desenvolvimento e o progresso social.....	9
1.4. A luta dos trabalhadores e dos povos pelos seus direitos e a sua emancipação social e nacional	10
1.5. Socialismo, a alternativa ao capitalismo.....	12
Capítulo 2 – O Portugal em que vivemos e intervimos.....	15
2.1. Política de direita – confronto com os valores de Abril.....	15
2.2. O poder dos grupos económicos e das multinacionais, uma política que agrava os problemas nacionais e compromete o futuro	15
2.3. A evolução política e a sua expressão nas instituições.....	23
2.4. A perversão do regime democrático e a defesa da Constituição da República.....	25
Capítulo 3 – A integração capitalista europeia e a soberania nacional.....	27
3.1. Situação e evolução recente da União Europeia.....	27
3.2. A integração monetária.....	28
3.3. Outros constrangimentos impostos ao País pela integração capitalista europeia.....	29
3.4. A defesa da soberania nacional.....	29

Capítulo 4 – Condições de luta, ofensiva ideológica, influência do Partido e o seu alargamento	31
4.1. Condições em que lutamos	31
4.2. A influência social e política do PCP	31
4.3. A luta ideológica	32
Capítulo 5 – Os objectivos políticos da acção do PCP. A luta pela alternativa patriótica e de esquerda	35
5.1. Política patriótica e de esquerda: necessidade imperiosa.....	35
5.2. O caminho para a alternativa política	37
5.3. A alternativa patriótica e de esquerda, na luta pela Democracia e o Socialismo	38
Capítulo 6 – A luta e as organizações e movimentos de massas	39
6.1. A luta social e política.....	39
6.2. As organizações e movimentos de massas	41
Capítulo 7 – Partido. Identidade, coragem, iniciativa, reforço	47
7.1. A intervenção do Partido, resistência e iniciativa	47
7.2. O Partido e o seu papel, o reforço, a iniciativa e a acção necessárias	52

Capítulo I

A evolução da situação internacional e a luta dos trabalhadores e dos povos

1.0. A evolução da **situação internacional** caracteriza-se por uma grande instabilidade e incerteza, verificando-se, em termos gerais, o seu agravamento.

Uma situação marcada, nas suas tendências e aspectos essenciais, pela **crise estrutural do capitalismo** e pela **ofensiva exploradora e agressiva do imperialismo**, através da qual visa contrariar o declínio relativo dos EUA, assim como das outras potências capitalistas reunidas no G7, e salvar o seu domínio hegemónico, perante o prosseguimento da **resistência e luta dos trabalhadores e dos povos e de um amplo processo de reestruturação de forças no plano mundial**.

Uma situação que conheceu perigosos desenvolvimentos, nomeadamente com a escalada de confrontação e guerra do imperialismo, a promoção e o avanço de concepções, projectos e forças reaccionárias e fascistas, o exacerbar das tensões internacionais e as crescentes ameaças de um conflito mundial de catastróficas proporções.

Assume a maior importância o desenvolvimento da luta dos povos em defesa dos seus direitos e soberania, pela paz, pelo progresso social; o fortalecimento dos partidos comunistas e da sua cooperação no âmbito do movimento comunista e revolucionário internacional; a convergência de diversificadas forças numa ampla frente anti-imperialista que trave e faça recuar os intentos do imperialismo e abra caminho a uma nova ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

1.1. **Capitalismo, um sistema em crise que não dá resposta aos problemas e aos anseios da Humanidade**

1.1.1. A evolução da situação internacional confirma a incapacidade do capitalismo em dar resposta aos principais problemas da Humanidade que são, em si mesmos, consequência da natureza e das contradições desse sistema. Não obstante a imensa operação ideológica à escala de massas, a realidade social, económica, política e cultural comprova a **natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora do capitalismo** e a necessidade da sua superação revolucionária.

O desenvolvimento do capitalismo e a imposição do domínio imperialista resultante designadamente do desaparecimento da URSS e das derrotas do socialismo no Leste da Europa, aprofundaram a concentração e centralização de capital, a exploração, a desigual repartição do rendimento entre o trabalho e o capital, os processos de privatização, fusão e aquisição, a canalização de recursos públicos para os grupos económicos e financeiros e suas actividades especulativas, o agravamento das desigualdades e injustiças sociais.

O agravamento da exploração e as suas consequências na degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e no aprofundamento dos problemas sociais que afectam a esmagadora maioria da população mundial; a instabilidade e sucessão de crises nas principais economias capitalistas; as grandes disparidades de desenvolvimento entre países; tendências demográficas diferenciadas; os movimentos migratórios; o

1 aprofundamento dos problemas ambientais;
 2 a crescente instabilidade e tensão interna-
 3 cional; o drama dos refugiados; a promoção
 4 de concepções, projectos e forças reac-
 5 cionárias e fascistas; o carácter sistémico
 6 da corrupção e do crime organizado – são
 7 elementos que confirmam as insanáveis
 8 contradições do capitalismo e que confluem
 9 numa **crise estrutural** que se expressa nos
 10 planos económico, social, político e cultural,
 11 evidenciando os limites históricos desse
 12 sistema.

13 **1.1.2.** Contrariamente às teses neolibei-
 14 rais sobre uma «saída» da crise de 2008
 15 marcada por um novo período de cresci-
 16 mento e expansão das principais economias
 17 capitalistas reunidas no G7, e sem prejuízo
 18 do impacto da pandemia de Covid-19, o
 19 que se verifica é uma tendência, de quase
 20 duas décadas, de crescimento anémico
 21 ou estagnação, acompanhada por proces-
 22 sos de desindustrialização, por profundas
 23 alterações no comércio internacional e nas
 24 cadeias de valor, pelo aumento das dívidas
 25 públicas e privadas, como se verifica nos
 26 principais países capitalistas, nomeada-
 27 mente nos Estados Unidos da América.

28 O sistema capitalista está a ter dificulda-
 29 des em relançar significativos ciclos de cres-
 30 cimento e em contrariar a baixa tendencial
 31 da taxa de lucro, realidade que as classes
 32 dominantes tentam impedir por via da inten-
 33 sificação da exploração dos trabalhadores;
 34 do ataque a direitos; da privatização, redu-
 35 ção e destruição das funções sociais dos
 36 Estados; da tentativa de desenvolvimento de
 37 novas fileiras de reprodução e acumulação
 38 capitalistas, nomeadamente no campo das
 39 chamadas «economia verde» e «economia
 40 digital»; da mercantilização de esferas da
 41 vida social; da incessante financeirização da
 42 economia e apoios ao capital financeiro; da
 43 promoção da «economia de guerra».

44 Não contrariando tal tendência de fundo,
 45 tais caminhos podem acentuar problemas,
 46 como já é visível nas consequências da
 47 estratégia de confrontação e guerra na
 48 Europa, designadamente no efeito «ricochete»
 49 da política de sanções, ou nas
 50 consequências que a guerra económica
 51 em curso em torno das novas tecnologias,

52 visando a China, está a ter nas economias
 53 dos EUA e da União Europeia.

54 **1.1.3. A concentração e centralização**
 55 **do capital** atingiu tais dimensões, o grau
 56 de domínio do capital financeiro é tal, que
 57 medidas utilizadas no passado para relan-
 58 çar ciclos de crescimento económico, se
 59 momentaneamente adoptadas, têm hoje um
 60 âmbito ainda mais limitado.

61 A redução relativa da capacidade insta-
 62 lada de produção nas potências capitalistas
 63 reunidas no G7 está bem patente nas altera-
 64 ções nas cadeias de abastecimento, na sua
 65 perda de peso relativo global na economia
 66 mundial, influenciando o processo de rear-
 67 rumação de forças no plano mundial.

68 **1.1.4. A Humanidade alcança presente-**
 69 **mente notáveis conquistas científicas e**
 70 **tecnológicas.** No seu conjunto, tais evo-
 71 luções configuram um novo salto na revo-
 72 lução científica e técnica, nomeadamente
 73 nas áreas da robótica, da comunicação, da
 74 nanotecnologia, da engenharia genética ou
 75 biologia sintética ou no campo do proces-
 76 samento, computação, armazenamento e
 77 utilização de dados e na chamada inteligên-
 78 cia artificial.

79 Tais conquistas do conhecimento humano
 80 induzem um significativo aumento da pro-
 81 dutividade social do trabalho. Poderiam e
 82 deveriam significar avanços extraordinários
 83 nas condições de vida dos trabalhadores e
 84 dos povos, desde logo na questão central
 85 da redução do tempo de trabalho.

86 No entanto, a sua apropriação privada
 87 e utilização em função dos interesses do
 88 grande capital, incluindo para o desenvol-
 89 vimento da indústria armamentista, não só
 90 não permite que tais conquistas sejam uti-
 91 lizadas para a superação de problemas,
 92 desigualdades e injustiças, como, contradi-
 93 toriamente, limita o potencial de desenvol-
 94 vimento científico e tecnológico, acentua a
 95 baixa tendencial da taxa de lucro e, nessa
 96 medida, a dimensão das crises de sobre-
 97 produção e sobreacumulação capitalista.
 98 Ao invés de potenciarem progresso social
 99 tais conquistas são utilizadas pelo grande
 100 capital como factor de chantagem e pretexto
 101 para o aumento da exploração, para novos
 102 ataques aos direitos dos trabalhadores e

1 dos povos, e para novas ameaças nos pla-
2 nos económico, social, da democracia e da
3 soberania, nomeadamente no plano mediá-
4 tico e comunicacional.

5 **1.1.5.** Tendo aumentado a percepção
6 global sobre a gravidade e o aprofunda-
7 mento dos **problemas ambientais**, tal rea-
8 lidade não é ainda apreendida à escala de
9 massas como um problema que resulta, em
10 grande medida da incompatibilidade entre
11 o modo de produção capitalista e a neces-
12 sidade de preservação dos recursos natu-
13 rais, dos ecossistemas e do meio ambiente,
14 assim como da mitigação das alterações
15 climáticas.

16 O conceito de «economia verde», um
17 dos novos dogmas do capitalismo que ins-
18 trumentaliza reais e legítimas preocupações
19 com o meio ambiente, tem na realidade
20 outros objectivos: a financeirização das
21 questões ambientais; a mercantilização da
22 Natureza e dos seus recursos; a imposição
23 de renovadas formas de domínio económico
24 no plano internacional, tentando manter a
25 supremacia das potências imperialistas no
26 domínio das matérias-primas e tecnologias
27 de produção de energia; a tentativa da res-
28 ponsabilização individual por problemas
29 que são sistémicos; ou a instrumentalização
30 das questões ambientais como pretexto
31 para ataques aos direitos, à soberania e à
32 democracia, para subalternizar o trabalho e
33 os direitos dos trabalhadores.

34 **1.1.6.** A realidade evidencia as crescen-
35 tes **responsabilidades da social-demo-**
36 **cracia** enquanto instrumento do capital e
37 do imperialismo, como comprovam a sua
38 convergência nas políticas ao serviço do
39 capital monopolista e contra os trabalhado-
40 res, no processo da integração neoliberal,
41 federalista e militarista da UE ou na NATO e
42 na sua estratégia agressiva no plano mun-
43 dial.

44 **1.1.7.** A evolução da situação social e
45 política nas potências capitalistas comprova
46 a tese de que o desenvolvimento do capi-
47 talismo na sua fase imperialista, e em parti-
48 cular o neoliberalismo, colocam em causa a
49 **democracia**. A imposição do neoliberalismo
50 e do pensamento único que o acompanha
51 – na qual convergem a direita e a social-de-

52 mocracia –, com as consequências que daí
53 resultam, aprofunda o carácter reaccionário
54 e antidemocrático dos sistemas de repre-
55 sentação política burguesa, incluindo com a
56 promoção por parte das classes dominantes
57 de concepções, projectos e forças reaccio-
58 nárias e fascizantes, que marcam hoje a
59 realidade em diversos países. A extrema-
60 -direita e o fascismo são instrumentos a
61 que o capitalismo e o imperialismo recorrem
62 sempre que consideram necessário.

63 A par da **confrontação e da guerra**, o
64 recurso ao **fascismo** integra a estratégia do
65 grande capital para tentar salvaguardar os
66 seus interesses, reforçar os seus instrumen-
67 tos de domínio e impor os seus objectivos
68 de exploração e opressão. Tal estratégia é
69 prosseguida no **plano ideológico** por uma
70 intensa ofensiva contra os valores democrá-
71 ticos e humanistas, o pensamento crítico e o
72 direito à informação, e pela promoção do indi-
73 vidualismo, da mentira, do obscurantismo,
74 da xenofobia e do racismo, do chauvinismo,
75 da guerra, do ódio, do anticomunismo e do
76 revisionismo histórico. Estratégia em que o
77 controlo dos órgãos de comunicação social,
78 das agências e centros de informação e
79 das novas tecnologias da informação por
80 parte de gigantescos oligopólios, tem um
81 papel fundamental, profundamente mani-
82 pulador, demagógico, antidemocrático e
83 reaccionário.

84 **1.1.8.** O aprofundamento da crise estru-
85 tural do capitalismo e o processo de rearru-
86 mação de forças em curso no plano mundial,
87 com o relativo enfraquecimento do papel
88 de estruturas de poder do imperialismo
89 (FMI, Banco Mundial, OMC, G7, Fórum de
90 Davos, Bilderberg), encerram **contradições**
91 entre as principais potências imperialistas.
92 Simultaneamente, a estratégia de domínio
93 hegemónico adoptada pelos EUA é imple-
94 mentada na base de uma férrea **concerta-**
95 **ção imperialista** em torno dos objectivos de
96 confrontação e da guerra económica, com a
97 propaganda de guerra e ofensiva ideológica
98 que lhes estão associadas, que se traduz
99 na submissão das potências capitalistas no
100 G7 e na UE aos interesses e estratégia do
101 imperialismo norte-americano.

1 **1.2. A estratégia de confrontação**
 2 **e guerra promovida pelo imperialismo,**
 3 **a maior ameaça aos povos do mundo**

4 **1.2.1.** O imperialismo procura utilizar
 5 todos os meios para impor o seu domínio
 6 hegemónico, contrariar o processo de rear-
 7 rumação de forças em curso e travar a luta
 8 dos trabalhadores e dos povos.

9 **1.2.2.** Uma ofensiva que prossegue o
 10 objectivo da destruição de direitos econó-
 11 micos, sociais, políticos e culturais, que pro-
 12 move a estigmatização e a criminalização da
 13 luta social e que tenta impor retrocessos na
 14 consciência dos povos sobre os seus legítimos
 15 direitos e aspirações e na capacidade
 16 soberana de decidir o seu futuro, designada-
 17 mente ocultando a natureza do capitalismo
 18 e as alternativas de desenvolvimento e de
 19 emancipação social que representa o ideal
 20 e projecto comunistas.

21 **1.2.3.** O **militarismo** e a construção
 22 acelerada de uma «economia de guerra»
 23 são promovidos a pretexto de uma falsa
 24 ameaça permanente e instituídos por via
 25 de operações de chantagem e condiciona-
 26 mento da vontade popular, visando condu-
 27 zir à aceitação do aumento da exploração
 28 e do empobrecimento em nome de uma
 29 suposta defesa da liberdade e, por outro
 30 lado, esconder os reais interesses imperia-
 31 listas de domínio planetário para controlar
 32 mercados, tecnologias, rotas comerciais e
 33 energéticas, para se apropriar de matérias-
 34 -primas, recursos naturais, e conter proces-
 35 sos de afirmação soberana e progressista
 36 dos povos.

37 Os **EUA**, com os seus aliados, avançam
 38 no militarismo e na corrida aos armamentos,
 39 instrumentalizam forças fascistas e terro-
 40 ristas, generalizam focos de tensão e de
 41 desestabilização, fomentam a ingerência, a
 42 agressão e a guerra, numa estratégia que
 43 representa a mais séria ameaça à paz no
 44 mundo.

45 A **NATO**, com o seu sucessivo alarga-
 46 mento e intervenção de carácter global,
 47 constitui o mais perigoso instrumento da
 48 ofensiva agressiva do imperialismo, sob
 49 a hegemonia dos EUA. Contrariamente à
 50 propaganda das classes dominantes, a afir-

51 mação cada vez mais clara do caminho
 52 militarista da UE, como pilar europeu da
 53 NATO, não é um contraponto ao imperia-
 54 lismo norte-americano, é sim um aliado na
 55 estratégia imperialista de opressão, explo-
 56 ração e recolonização do planeta.

57 A União Europeia, alinhando-se com a
 58 estratégia dos EUA e a NATO, subordinan-
 59 do-se aos seus interesses e objectivos, pro-
 60 movendo o aumento das despesas militares
 61 e a indústria do armamento no seu âmbito,
 62 incrementa o militarismo e dá passos no
 63 caminho da sua transformação num novo
 64 bloco político-militar complementar à NATO,
 65 à custa da paz, dos direitos e das condições
 66 de vida dos trabalhadores e dos povos.

67 Perante os enormes perigos para a
 68 Humanidade que representam a corrida
 69 aos armamentos, a escalada de conflitos, as
 70 acções de desestabilização e ingerência a
 71 intensificação da política de sanções e blo-
 72 queios, as permanentes tentativas de instru-
 73 mentalização ou de ataque à Organização
 74 das Nações Unidas e o crescente desres-
 75 peito pelo direito internacional – substituído
 76 por uma dita «ordem mundial baseada em
 77 regras» determinada pelo imperialismo –,
 78 reveste-se de particular importância a luta
 79 pela paz, pelo desarmamento, pela defesa
 80 dos princípios da Carta das Nações Unidas,
 81 contra as agressões da NATO, pela disso-
 82 lução deste bloco político-militar e pela cria-
 83 ção de um sistema de segurança colectiva.

84 **1.2.4.** A crescente tensão e provocação
 85 contra a China, apontada pelos EUA como
 86 principal alvo estratégico, que tem como
 87 algumas das suas expressões a criação de
 88 novos blocos e articulações militares como
 89 o AUKUS (Austrália, EUA, Reino Unido) ou
 90 o QUAD (Austrália, EUA, Índia e Japão) ou
 91 as provocações relativamente a Taiwan; a
 92 estratégia de cerco e confrontação com a
 93 Rússia – na qual se insere o alargamento
 94 da NATO ao Leste da Europa, o golpe de
 95 2014 na Ucrânia e a guerra naquele país
 96 que há muito vinha a ser preparada –, que
 97 não é limitada pelo facto de este ser um país
 98 capitalista, com as opções de classe que daí
 99 decorrem; ou o posicionamento cúmplice
 100 e hipócrita assumido pelos EUA e a UE
 101 face ao massacre em curso na Palestina

1 e à crescente tensão no Médio Oriente –
2 são, no seu conjunto, expressão gritante
3 da estratégia de confrontação e guerra do
4 imperialismo.

5 À situação em curso na Europa e no
6 Médio Oriente, acresce a instigação à con-
7 frontação na Ásia-Pacífico e a profusão de
8 manobras de ingerência externa e deses-
9 tabilização contra países em África, ou na
10 América Latina e Caraíbas, nomeadamente
11 contra Cuba e Venezuela. A luta pela paz
12 assume-se hoje como uma luta pela sobe-
13 rania, pela democracia, pelo futuro.

14 **1.2.5.** A ofensiva imperialista, que conhe-
15 ceu perigosos e rápidos desenvolvimentos,
16 colocando em perigo toda a Humanidade, é
17 ela própria uma expressão da natureza do
18 sistema capitalista. No entanto, a resistên-
19 cia e a luta dos trabalhadores e dos povos
20 e o processo de reorganização de forças no
21 plano mundial, aí estão a mostrar que o
22 imperialismo não tem as mãos totalmente
23 livres para impor os seus intentos.

24 **1.3. O processo de reorganização** 25 **de forças no plano mundial e a luta** 26 **pela soberania, o desenvolvimento** 27 **e o progresso social**

28 **1.3.1.** Prossegue o desenvolvimento de
29 um amplo **processo de reorganização de**
30 **forças no plano mundial**, tendo como tra-
31 ços fundamentais o declínio relativo dos
32 EUA e das restantes potências imperialistas
33 reunidas no G7 e os avanços económicos,
34 sociais e científico-técnicos alcançados pela
35 **China** e a sua afirmação no plano interna-
36 cional, com o importante significado e as
37 amplas repercussões que comporta.

38 Assinala-se ainda o crescente peso eco-
39 nómico e político de **países em desenvol-**
40 **vimento** e a sua capacidade de iniciativa no
41 plano internacional, desenvolvendo relações
42 e parcerias de âmbito bilateral, assim como
43 espaços de cooperação e de integração de
44 âmbito multilateral, com objectivos e âmbitos
45 diferenciados, como os BRICS (constituídos
46 pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do
47 Sul, foi alargado a outros países e comporta
48 a perspectiva de novos alargamentos) ou a
49 Organização para a Cooperação de Xangai,

50 para além da existência de outras impor-
51 tantes estruturas regionais de cooperação,
52 como a Aliança Bolivariana para os Povos
53 da Nossa América – Tratado de Comércio
54 dos Povos (ALBA-TCP).

55 Relações, parcerias e espaços em que
56 se entrelaçam convergências de natureza,
57 configuração e estabilidade diversas, com
58 as contradições que resultam dos diferen-
59 ciados percursos e realidades económicas
60 e políticas dos países que neles participam,
61 mas que convergem, entre outros aspectos,
62 na resistência à subordinação ao imperia-
63 lismo e à dependência das instituições por
64 este dominadas.

65 **1.3.2.** A evolução da situação em diver-
66 sos países, nomeadamente em África onde
67 vários Estados procuram libertar-se da
68 dependência face às potências imperialis-
69 tas, os importantes fóruns multilaterais dos
70 países em desenvolvimento e seu crescente
71 papel, como é o caso do G77+China, mos-
72 tram que aumenta a expressão da neces-
73 sidade e da aspiração a um mundo livre
74 de relações desiguais e neocoloniais, da
75 imposição de sanções e bloqueios, da chan-
76 tagem da dívida e do Dólar, assim como a
77 exigência de uma nova ordem internacio-
78 nal mais equitativa, baseada na igualdade
79 soberana dos Estados, no direito ao desen-
80 volvimento, na cooperação mutuamente
81 vantajosa.

82 Neste contexto, assume particular
83 importância o crescente questionamento
84 por vários países do Dólar como moeda de
85 reserva e troca internacional, incluindo com
86 a realização de pagamentos nas moedas
87 nacionais respectivas ou a procura da uti-
88 lização de novos sistemas de transacções
89 no plano bilateral e multilateral.

90 Trata-se de uma tendência positiva na
91 evolução da situação internacional que o
92 imperialismo procura contrariar a todo o
93 custo.

94 Utilizando poderosos meios políticos,
95 económicos, militares e de manipulação
96 mediática, os EUA, com o apoio das outras
97 grandes potências capitalistas, promovem
98 todo o tipo de pressões, ameaças e mano-
99 bras, incluindo pela instrumentalização do
100 sistema financeiro internacional e a aplica-

1 ção de medidas coercivas no plano econó-
2 mico, comercial, financeiro ou tecnológico.
3 Procuram assim impor o isolamento político
4 e económico de países e povos, impedir
5 opções soberanas de desenvolvimento e de
6 relacionamento internacional e prosseguir,
7 sob velhas e novas formas, a exploração,
8 o saque de riquezas naturais e o domínio
9 sobre estes países.

10 **1.3.3.** Apesar dos esforços para impor
11 a sua política de confrontação e guerra
12 nas relações internacionais, o imperialismo
13 tem enfrentado a resistência de diversos
14 países que optam pela normalização das
15 relações internacionais no respeito pelos
16 princípios da Carta das Nações Unidas e do
17 direito internacional, objectivo para o qual as
18 propostas avançadas no plano global pela
19 China constituem um significativo contributo.

20 O processo de reorganização de forças
21 no plano mundial poderá representar uma
22 alternativa para os países que se querem
23 libertar da dependência económica, da
24 pilhagem dos seus recursos, da condena-
25 ção ao subdesenvolvimento e à pobreza,
26 impostos pela acção de ingerência e de
27 rapina do imperialismo. Um processo que,
28 objectivamente, é inseparável da luta pela
29 paz e contra a guerra, da aproximação e
30 articulação entre os que resistem ao impe-
31 rialismo, da luta pela soberania e o direito ao
32 desenvolvimento, da promoção de relações
33 de amizade e cooperação entre os povos, e
34 que, dependendo da sua evolução, poderá
35 contribuir para a criação de melhores con-
36 dições para o desenvolvimento da luta dos
37 trabalhadores e dos povos.

38 **1.4. A luta dos trabalhadores** 39 **e dos povos pelos seus direitos** 40 **e a sua emancipação social e nacional**

41 **1.4.1.** Num contexto de **resistência e**
42 **acumulação de forças no plano mun-**
43 **dial**, a situação internacional demonstra
44 que, persistindo sérios **perigos** decorren-
45 tes da ofensiva exploradora e agressiva
46 do imperialismo, prossegue a acção dos
47 trabalhadores e dos povos, comportando
48 **potencialidades** para o desenvolvimento
49 da luta por transformações progressistas e

50 revolucionárias. Uma resistência e luta que
51 continua a desenvolver-se nas mais diferen-
52 ciadas condições, adoptando variadas for-
53 mas e apontando diversificados objectivos
54 concretos e imediatos.

55 A actual situação sublinha a importância
56 da **questão nacional** e a sua interligação
57 com a **questão de classe**, confirmando o
58 marco nacional como campo determinante
59 de luta e a afirmação e exercício da sobera-
60 nia nacional como condição para a defesa
61 e conquista de direitos, para promover o
62 desenvolvimento económico e social, para
63 o avanço de processos de transformação.

64 **1.4.2.** A convergência da **luta da classe**
65 **operária e dos trabalhadores** com a **luta**
66 **de outras classes e camadas sociais**
67 e a **luta dos povos** em defesa dos seus
68 direitos e soberania, constituem elementos
69 fundamentais para alargar e diversificar as
70 forças que, objectivamente, podem confluir
71 na resistência aos intentos do imperialismo.

72 **1.4.3.** A realidade demonstra a neces-
73 sidade de fortes **partidos comunistas e**
74 **revolucionários** organizados, implantados
75 na classe operária e nas massas populares,
76 ligados às respectivas realidades nacionais,
77 com influência política, ideológica, social,
78 com a sua ideologia e independência de
79 classe, a sua identidade comunista e o seu
80 projecto revolucionário, a sua cooperação e
81 solidariedade internacionalista.

82 Sendo necessário o fortalecimento da
83 unidade, cooperação e solidariedade no
84 **movimento comunista e revolucionário**
85 **internacional**, a experiência demonstra que
86 o cumprimento da tarefa nacional de um par-
87 tido comunista não só é a sua própria razão
88 de ser como constitui a sua principal contri-
89 buição para o fortalecimento do movimento
90 comunista e revolucionário internacional,
91 para o avanço da luta pela emancipação
92 social e nacional no plano mundial.

93 Perante a violenta ofensiva política e
94 ideológica da classe dominante – em que,
95 entre outros aspectos, avultam o anticomunismo, a perseguição e ilegalização de
96 partidos comunistas e de outras forças pro-
97 gressistas e democráticas, e operações de
98 falsificação da história e da realidade –, con-
99 tinuam a manifestar-se, a par de situações
100

1 que demonstram solidez de análise, firme
2 posicionamento e perseverante intervenção,
3 tanto concepções e práticas liquidacionistas
4 e social-democratizantes, com o abandono
5 de referências ideológicas, princípios orgâni-
6 cos e projecto revolucionário característicos
7 de um partido comunista, como concepções
8 e práticas dogmáticas e sectárias, que apon-
9 tam para a imposição de modelos únicos
10 de transformação social, para a tomada
11 do poder pela classe operária como tarefa
12 universal imediata, para a centralização
13 organizativa e a homogeneização política e
14 ideológica no movimento comunista.

15 Concepções e práticas dogmáticas e
16 sectárias que introduzem factores de incom-
17 preensão, desconfiança e divisão que atra-
18 sam os necessários avanços no reforço,
19 cooperação e solidariedade no movimento
20 comunista e revolucionário internacional,
21 assim como na relação com outras forças
22 progressistas e anti-imperialistas, nomea-
23 damente no âmbito do desenvolvimento da
24 unidade na acção contra o inimigo comum.

25 A realidade continua a demonstrar que o
26 problema não está na existência de diferen-
27 ças de opinião ou mesmo de divergências
28 – tanto mais naturais face à complexidade
29 da situação internacional e diversidade de
30 realidades nacionais –, mas em métodos
31 de actuação que não respeitam provados
32 princípios de relacionamento entre parti-
33 dos, como a igualdade de direitos, respeito
34 mútuo, autonomia de decisão, não inge-
35 rência nos assuntos internos, franqueza e
36 solidariedade recíprocas. É necessário que
37 as relações no plano bilateral ou multilateral
38 entre partidos comunistas possam contribuir
39 para o aprofundamento do conhecimento e
40 da compreensão mútua, a discussão frater-
41 nal de problemas comuns e de diferenças
42 de opinião, a valorização do que une, con-
43 tribuindo para a sua cooperação, solidarie-
44 dade recíproca e unidade na acção.

45 No plano europeu, coloca-se a neces-
46 sidade de aprofundar o diálogo e a acção
47 comum e convergente entre partidos comu-
48 nistas, assim como entre estes e outras
49 forças progressistas que não se rendem ao
50 neoliberalismo, ao militarismo, ao ataque
51 à soberania e à democracia, ao anticomu-

52 nismo – que são promovidos no âmbito da
53 União Europeia –, colocando em primeiro
54 plano as questões mais sentidas pelos tra-
55 balhadores e pelos povos e a luta por uma
56 Europa de paz, de cooperação entre Esta-
57 dos soberanos e iguais em direitos, de pro-
58 gresso social.

59 **1.4.4.** A agudização da crise estrutural do
60 capitalismo e a violenta ofensiva do impe-
61 rialismo a ela associada reforçam a neces-
62 sidade do desenvolvimento da articulação,
63 cooperação e unidade na acção entre as
64 forças patrióticas, progressistas e revolu-
65 cionárias, numa **ampla frente anti-imperia-**
66 **lista**, que fortaleça a luta anti-imperialista e
67 a solidariedade internacionalista.

68 **1.4.5.** A ofensiva do imperialismo, pro-
69 movida pelos EUA e os seus aliados – par-
70 ticularmente da NATO, da UE, do G7 –,
71 representa a mais séria ameaça que os tra-
72 balhadores e os povos enfrentam. Coloca-se
73 como fundamental, no quadro de situações
74 muito diferenciadas e por vezes contraditó-
75 rias, a confluência: dos países que, dirigidos
76 por partidos comunistas, afirmam o objec-
77 tivo da construção do socialismo; dos paí-
78 ses que, dirigidos por forças progressistas,
79 assumem a defesa da soberania e independê-
80 cência nacionais e a opção por caminhos
81 de desenvolvimento e progresso social;
82 dos países que, dirigidos por forças diver-
83 sas do ponto de vista político e ideológico,
84 contribuem, mesmo com elementos con-
85 traditórios, para confrontar objectivamente
86 intentos do imperialismo; dos partidos comu-
87 nistas e outros partidos revolucionários; dos
88 movimentos e organizações sindicais de
89 classe, que lutam em defesa dos direitos
90 e interesses dos trabalhadores; das forças
91 progressistas e patrióticas, que assumem
92 a defesa dos interesses dos seus povos;
93 do movimento pela paz e a solidariedade
94 e de outros movimentos de massas com
95 diferentes expressões e objectivos que se
96 inserem em dinâmicas progressistas, não
97 divisionistas ou desagregadoras.

98 **1.4.6.** O movimento comunista e revo-
99 lucionário internacional tem uma particular
100 responsabilidade na construção de alianças
101 sociais e políticas que possam conter e fazer
102 recuar os sectores mais reaccionários e

1 agressivos do imperialismo e derrotar os
 2 intentos de domínio hegemónico do impe-
 3 rialismo norte-americano e seus aliados.
 4 Esse objectivo sublinha a necessidade da
 5 aproximação, do reforço de laços de soli-
 6 dardade e do desenvolvimento da coo-
 7 peração dos partidos comunistas e demais
 8 forças revolucionárias – com a afirmação dos
 9 seus objectivos próprios e sem diluição da
 10 sua identidade – com outras forças da paz,
 11 patrióticas, democráticas, progressistas, anti-
 12 -imperialistas, contribuindo para a unidade
 13 na acção em torno de objectivos de luta
 14 imediatos que correspondam à defesa da
 15 paz, da soberania e dos direitos dos povos.

16 **1.5. Socialismo, a alternativa** 17 **ao capitalismo**

18 **1.5.1.** O capitalismo não é o sistema ter-
 19 minal da história da Humanidade. A sua
 20 superação revolucionária e a construção
 21 de uma sociedade nova, sem explorado-
 22 res nem explorados, são uma exigência da
 23 actualidade e do futuro e impõem-se com
 24 crescente acuidade na luta dos trabalhado-
 25 res e dos povos.

26 O **socialismo** é uma necessidade do
 27 nosso tempo. A extraordinária acentuação
 28 da concentração e centralização de capital,
 29 o agravamento das desigualdades e flage-
 30 los sociais, a agudização das insanáveis
 31 contradições do capitalismo, a sua incapa-
 32 cidade para dar resposta aos problemas
 33 e aspirações da Humanidade, apesar das
 34 extraordinárias potencialidades do desen-
 35 volvimento científico-técnico, os conflitos
 36 que instiga e as guerras que fomenta em
 37 diferentes partes do mundo concorrem para
 38 o amadurecimento das condições materiais
 39 objectivas para o desenvolvimento de pro-
 40 cessos revolucionários que apontem como
 41 objectivo o socialismo, independentemente
 42 das fases e etapas e das formas que vierem
 43 a assumir de acordo com a situação con-
 44 creta de cada país.

45 **1.5.2.** A Revolução de Outubro, com as
 46 suas profundas transformações e extraordi-
 47 nárias conquistas históricas e o seu impacto
 48 mundial que perdura até aos dias de hoje,
 49 constituiu uma experiência histórica de

50 alcance universal e inaugurou uma nova
 51 época na história da Humanidade, a época
 52 da passagem do capitalismo ao socialismo.

53 As sistemáticas campanhas anticomu-
 54 nistas, visando denegrir o que foi e o que
 55 significou a construção do socialismo na
 56 URSS e noutros países, não farão esque-
 57 cer as extraordinárias realizações políticas,
 58 económicas, sociais, culturais e científicas
 59 e o seu papel como poderoso factor de pro-
 60 gresso e de paz mundial.

61 A contribuição da URSS para a vitória
 62 sobre o nazi-fascismo constituiu uma inapa-
 63 gável expressão da superioridade do socia-
 64 lismo e da sua decisiva contribuição para
 65 os grandes avanços revolucionários e de
 66 libertação nacional no século xx.

67 O desaparecimento da URSS e as der-
 68 rotas do socialismo no Leste da Europa,
 69 pesando negativamente no percurso eman-
 70 cipador dos povos, não negam a necessi-
 71 dade e a possibilidade da construção de
 72 uma nova sociedade – objectivo que conti-
 73 nua actualmente a ser apontado por diver-
 74 sos países.

75 **1.5.3.** O processo histórico de supera-
 76 ção da formação económico-social capita-
 77 lista pela socialista não é automático, antes
 78 exige:

79 A luta por objectivos concretos e imedia-
 80 tos, a luta reivindicativa dos trabalhadores, a
 81 luta das populações em defesa seus direitos
 82 e aspirações, a luta em defesa da liberdade
 83 e pelo aprofundamento da democracia nas
 84 suas vertentes fundamentais – económica,
 85 social, política e cultural –, pela afirmação
 86 da soberania e a independência nacionais,
 87 contra a guerra e em defesa da paz, lutas
 88 que não são contraditórias, antes se ins-
 89 crevem na luta pelo objectivo mais geral e
 90 estratégico da construção do socialismo;

91 Uma política de alianças da classe ope-
 92 rária com outras classes e camadas sociais
 93 antimonopolistas, de acordo com as tarefas
 94 de cada uma das fases e etapas do pro-
 95 cesso de transformação social;

96 A organização e a intervenção criadora
 97 da classe operária e de todos os trabalhado-
 98 res, das massas populares, como protago-
 99 nistas de todo o processo de transformação
 100 social;

1 A condição essencial da existência de
2 uma força revolucionária de vanguarda
3 capaz de, em cada país, dirigir a luta pela
4 conquista do poder pelos trabalhadores;

5 A constituição de um poder revolucionário,
6 tendo em conta que a questão do Estado
7 é a questão central em cada revolução;

8 A aplicação criadora do marxismo-leninismo,
9 concepção materialista e dialéctica do mundo,
10 instrumento de análise e guia para a acção,
11 imprescindível para a interpretação do mundo
12 e para a sua transformação revolucionária.

13 **1.5.4.** A experiência histórica de luta –
14 nos seus múltiplos aspectos e ensinamentos
15 tanto nos acertos e êxitos como nos erros
16 e derrotas – revelou quão extraordinariamente
17 complexo, irregular e acidentado é o
18 processo de emancipação social dos trabalhadores
19 e dos povos, demonstrando igualmente que os
20 caminhos da revolução, sendo diversificados
21 e seguindo fases e etapas diferenciadas de país
22 para país, obedecem

24 a leis gerais, que a prática confirmou, rela-
25 tivas ao papel da classe operária, ao poder
26 dos trabalhadores, à natureza do Estado, à
27 propriedade social dos principais meios de
28 produção, ao planeamento e sobretudo à
29 intervenção criadora das massas populares.

30 Tendo presente a experiência do movi-
31 mento comunista e revolucionário inter-
32 nacional e as experiências da construção
33 do socialismo, é a partir da realidade con-
34 creta portuguesa e da própria experiência
35 dos comunistas portugueses que o PCP
36 aponta o caminho para o socialismo e as
37 características fundamentais da sociedade
38 socialista em Portugal, cujas linhas funda-
39 mentais – inseparáveis das particularidades
40 que marcam a história do povo português,
41 a realidade social e a inserção internacional
42 do nosso País – são sistematizadas
43 no Programa do PCP «Uma Democracia
44 Avançada – Os Valores de Abril no Futuro
45 de Portugal».

Capítulo 2

O Portugal em que vivemos e intervimos

2.0. Portugal não é um país pobre. O País tem potencial humano, recursos materiais e energias que precisam de ser colocadas ao serviço de um desenvolvimento centrado nos interesses nacionais, determinado pela afirmação da sua soberania, que eleve as condições de vida do povo.

O País não é alheio ao mundo que o rodeia, às tendências de desenvolvimento à escala internacional, à arrumação de forças e espaços económicos mundiais. A sua afirmação própria exige relações políticas e económicas amplas, diversificadas e reciprocamente vantajosas.

Portugal tem futuro, tanto mais quanto se libertar de condicionamentos externos e da política de direita e assumir um outro rumo ancorado nas conquistas e valores de Abril.

2.1. Política de direita – confronto com os valores de Abril

2.1.1. Meio século depois da Revolução de Abril, a evolução da vida nacional é fortemente marcada pelo aprofundamento da política de direita e pelo processo de integração capitalista na UE. Uma política de restauração monopolista que marca o processo contra-revolucionário em confronto com a Constituição da República, com os valores de Abril, os interesses dos trabalhadores, do Povo e do País e que tem como consequências o aumento da exploração, da concentração da riqueza, das desigualdades e injustiças, da dependência e subordinação externas.

Sucessivos governos do PS, PSD e CDS, comprometidos com o grande capi-

tal, empurraram Portugal para uma crise prolongada, com impactos negativos no plano económico, social, cultural e político, com consequências no próprio regime democrático, no plano ambiental, nos seus défices estruturais – produtivo, científico, energético, de capital, demográfico –, na soberania e independência nacionais.

O confronto que opõe os que ambicionam concluir o processo contra-revolucionário e as forças que, ancoradas em Abril e na Constituição, lhe resistem marca e determinará a evolução do País nos tempos mais próximos. A luta pela ruptura com a política de direita, que interrompa o processo contra-revolucionário e abra caminho a uma alternativa patriótica e de esquerda, assume-se como questão central no País em que vivemos e intervimos.

2.2. O poder dos grupos económicos e das multinacionais, uma política que agrava os problemas nacionais e compromete o futuro

Portugal é hoje um país comandado pelo poder dos grupos económicos e das multinacionais. As dificuldades que marcam a sua vida e condicionam o seu desenvolvimento, a dimensão das desigualdades e injustiças que evidencia são a expressão directa desse comando. A crescente intervenção do grande capital a partir dos instrumentos de dominação – em particular as grandes empresas em sectores estratégicos, o poder político, o aparelho do Estado e os meios de dominação ideológica –, determina muito do curso da vida política nacional, das orienta-

1 ções da política económica e da inserção de
2 Portugal no mundo e da configuração das
3 instituições aos seus objectivos.

4 O domínio de classe do grande capital
5 nacional e estrangeiro sobre a vida do País
6 é consequência do processo de recuperação
7 capitalista e monopolista em que se insere
8 a submissão à União Europeia e, em geral,
9 ao imperialismo. Um domínio de classe que
10 se traduz no poder de que o grande capital
11 dispõe, com os seus centros de decisão e
12 articulações, e que tem na política de direita
13 um instrumento com que age à margem e
14 contra a Constituição.

15 Um domínio que, exercido em quase
16 todas as esferas da vida nacional, prosse-
17 gue o objectivo de intensificação da acumu-
18 lação capitalista, suportado num poder
19 político que, no essencial, está capturado
20 e ao serviço dessa estratégia. O confronto
21 com a Constituição da República; a reconsti-
22 tuição e reorganização das estruturas
23 socioeconómicas do capitalismo monopo-
24 lista do Estado; a reconfiguração do Estado
25 ao serviço do grande capital e o ataque
26 às suas funções sociais; a intensificação
27 da exploração suportada na ofensiva con-
28 tra direitos laborais e na manutenção dos
29 baixos salários e pensões; a perversão do
30 regime democrático; a promoção e reposi-
31 ção de valores obscurantistas e retrógrados;
32 a opção pelo domínio do capital estrangeiro
33 sobre a economia; as limitações à sobera-
34 nia e independência nacionais – são traços
35 essenciais do domínio de classe do grande
36 capital no nosso país.

37 **2.2.1.** A evolução da situação econó-
38 mica em Portugal é marcada pelo crescente
39 **domínio monopolista.** A organização do
40 grande capital (nacional e estrangeiro) em
41 grupos económicos – com empresas de
42 diversas dimensões, quase sempre em
43 posições monopolistas – que dominam e
44 controlam sectores de actividade, mercados
45 e cadeias de valor, usando o poder domi-
46 nante sobre a restante estrutura empresarial
47 (predominantemente Micro, Pequenas e
48 Médias Empresas), seja para impor preços a
49 fornecedores diversos e aos consumidores,
50 seja ainda para pressionar e condicionar
51 os salários e os direitos dos trabalhado-

52 res, atravessa todo o tecido produtivo e de
53 serviços, exerce uma enorme influência na
54 sociedade portuguesa e funciona como um
55 «sorvedor» da riqueza produzida no País.

56 A **capacidade produtiva** nacional tem
57 sido desprezada, consolidando défices
58 estruturais, promovendo profundas assime-
59 trias e desequilíbrios territoriais, acentuando
60 a dependência externa, acompanhada de
61 uma excessiva terciarização da actividade
62 económica. O aparelho produtivo nacional,
63 com destaque para a indústria e para a agri-
64 cultura, não está orientado para a satisfação
65 das principais necessidades do País, provo-
66 cando um crónico desequilíbrio da balança
67 de mercadorias. O elevado endividamento
68 externo – público e privado –, ainda que
69 menos visível fora das crises cíclicas, resulta
70 em larga medida da desvalorização do papel
71 estruturante da produção nacional.

72 Portugal tem vindo a abdicar de impor-
73 tantes instrumentos da sua soberania
74 económica. Desde logo os que estão rela-
75 cionados com a sua soberania monetária e
76 orçamental, mas também os que resultam
77 do processo de privatizações e de liberali-
78 zação da economia que transferiram para o
79 capital estrangeiro importantes alavancas da
80 economia nacional (na banca e seguros, na
81 energia, nos transportes e comunicações,
82 na indústria ou na agricultura). Crescem os
83 condicionamentos a decisões orçamentais,
84 em contraste com gritantes necessidades
85 do País em matéria de serviços públicos,
86 salários e funcionamento das estruturas do
87 Estado. O reduzido investimento público e
88 privado que se verifica há mais de 20 anos
89 – inseparável da adesão ao Euro – está
90 abaixo das necessidades de sustentação
91 das infra-estruturas e equipamentos e mais
92 dependente e condicionado à dimensão e
93 objectivos dos fundos comunitários.

94 A recuperação verificada após a pro-
95 funda recessão provocada pelos impactos
96 da pandemia de Covid-19 não alterou uma
97 trajectória marcada pela estagnação ou
98 crescimento económico pouco expressivo
99 que se verificam desde o início do século.
100 Uma recuperação que foi conjunturalmente
101 acompanhada por um crescimento significa-
102 tivo da inflação – e que teve graves impac-

1 tos na vida do povo português. Privado de
2 soberania monetária, o País viu-se confron-
3 tado com uma política de taxas de juro –
4 determinada pelo BCE e a que os Governos
5 em Portugal se têm submetido – contrária
6 aos interesses nacionais.

7 É patente a enorme fragilidade de um
8 tecido económico onde avulta uma fraca pro-
9 dutividade da responsabilidade do capital, o
10 domínio monopolista, a descapitalização das
11 empresas. Mais de 600 mil micro, pequenas
12 e médias empresas, que constituem 98%
13 do tecido empresarial, confrontam-se com
14 o poder dos monopólios e a política ao seu
15 serviço. A presença e a influência do **capital**
16 **estrangeiro** – que domina mais de 50% das
17 grandes empresas – estende-se para lá da
18 titularidade directa (com papel crescente
19 para os chamados fundos de investimento)
20 e é uma das principais razões da elevada
21 drenagem de capital para o exterior. A perda
22 de controlo nacional de sectores, áreas e
23 empresas estratégicas – consequência das
24 privatizações e da integração na UE – colo-
25 cou sob a orientação e interesses do capital
26 estrangeiro instrumentos fundamentais da
27 economia nacional e constitui um fortíssimo
28 constrangimento ao desenvolvimento do
29 País. O Estado é colocado ao serviço do
30 grande capital com o recurso a parcerias
31 público privadas (PPP), a benefícios fis-
32 cais, à contratação de serviços, à captura
33 dos fundos comunitários e outros apoios
34 incluindo por via do Orçamento do Estado
35 e da Segurança Social. A corrupção e o
36 assalto aos bens públicos, a promiscuidade
37 público-privado, a subordinação do poder
38 político ao poder económico, instalaram-se
39 na vida política e económica do País e são
40 inseparáveis da natureza do capitalismo e
41 da política de direita em curso.

42 **2.2.2.** A política de direita e a integração
43 capitalista europeia empurram o País para
44 um **modelo económico** assente em activi-
45 dade e processos produtivos de baixo valor
46 acrescentado e orientados para a expor-
47 tação, caso do turismo, com pouca diver-
48 sificação da actividade económica, com
49 o estreitamento das relações comerciais
50 externas e maior dependência das grandes
51 potências capitalistas. Um modelo que, no

52 actual quadro de divisão internacional do
53 trabalho, é um factor de dependência e de
54 condicionamento do aproveitamento das
55 potencialidades do País.

56 O sistema científico e tecnológico nacio-
57 nal é vítima da falta de investimento público
58 e da captura pelos interesses do grande
59 capital. As enormes potencialidades eco-
60 nómicas, sociais, culturais abertas pela
61 **Revolução Científica e Tecnológica** em
62 curso estão sob comando, orientação e
63 instrumentalização pelo capital monopo-
64 lista, nomeadamente as grandes empresas
65 tecnológicas. Esta circunstância determina
66 que a sua utilização contribua para agravar
67 a exploração e as desigualdades, em vez de
68 responder às necessidades e ao bem-estar
69 do povo, à afirmação da soberania nacional,
70 à cooperação e à paz entre os povos.

71 A **indústria**, cujo peso no PIB estagnou
72 há mais de uma década, apresenta graves
73 debilidades estruturais pela não recupe-
74 ração de importantes sectores básicos e
75 estratégicos, e pela ausência de fileiras
76 industriais na valorização de recursos natu-
77 rais. Continua a perda de centros de decisão
78 e de competências. Não há progressos na
79 produção própria de bens de investimento
80 e de consumo duradouro. O tecido indus-
81 trial, apesar de alguns desenvolvimentos
82 positivos (produtividade e perfil de especia-
83 lização), mantém uma grande instabilidade
84 estratégica e vulnerabilidade externa.

85 Na **agricultura**, após décadas de Polí-
86 tica Agrícola Comum, assiste-se ao desen-
87 volvimento e consolidação do capitalismo
88 agrário, com forte penetração financeira,
89 de que são particular exemplo as áreas de
90 regadio de Alqueva, e nas novas culturas
91 viradas para a exportação ou na floresta.
92 Prossegue uma política que não garante
93 o objectivo de assegurar a soberania ali-
94 mentar, nem o aumento do rendimento dos
95 agricultores, nem a necessária fixação de
96 populações no mundo rural crescentemente
97 despovoado, nem o uso equilibrado dos
98 recursos nomeadamente o da água e do
99 solo. Intensifica-se a concentração fundiária
100 e o aumento da área média das explorações
101 agrícolas, sobretudo associada às mono-
102 culturas intensivas e superintensivas, bem

1 como a utilização crescente de mão-de-obra
2 imigrante, muitas vezes em condições de
3 quase escravatura. Prossegue a destruição
4 de explorações da pequena e média agricul-
5 tura e da agricultura familiar.

6 Uma realidade semelhante – condicio-
7 namentos impostos pela UE e quebras nos
8 rendimentos à produção– atinge o sector
9 das **pescas**, com o seu papel cada vez mais
10 limitado no conjunto da economia nacional
11 apesar das enormes potencialidades do
12 País.

13 No **comércio e serviços**, acentua-se o
14 peso da grande distribuição e a sua política
15 de imposição de preços aos produtores,
16 por via dos seus mecanismos predatórios,
17 e aos consumidores. Acentua-se o papel do
18 turismo na economia nacional cujo cresci-
19 mento significativo e desregulado dos últi-
20 mos anos, à margem de uma estratégia de
21 desenvolvimento do País, produz crescentes
22 impactos negativos em diversas dimensões
23 da vida nacional. A externalização de servi-
24 ços por empresas e sectores – administra-
25 tivos, contabilísticos, jurídicos, de limpeza,
26 segurança, informática, etc. – ganha cada
27 vez maior dimensão e tende a abranger as
28 actividades nucleares das empresas. Regis-
29 ta-se também a existência com significado
30 na realidade portuguesa de empresas de
31 aluguer de mão-de-obra.

32 Na política de **transportes, mobilidade**
33 **e comunicações**, áreas indispensáveis ao
34 bem-estar das populações, à coesão terri-
35 torial, ao ambiente e ao desenvolvimento
36 do País, os processos de liberalização e
37 privatização – rodovia, ferrovia, aviação civil,
38 transporte marítimo e fluvial, telecomunica-
39 ções, serviço postal, entre outros –, travam
40 as possibilidades de investimento, moder-
41 nização, mobilidade e acesso universal a
42 serviços fundamentais. A ausência de uma
43 rede de transportes públicos de cobertura
44 nacional coloca parte da população depen-
45 dente do transporte individual ou sujeitas ao
46 isolamento. A inexistência de operadores
47 públicos nas telecomunicações traduziu-se
48 na degradação da qualidade, no aumento
49 dos preços e na quebra de investimento,
50 designadamente em Investigação e Desen-
51 volvimento (I&D). O serviço postal recuou na

52 abrangência e qualidade. O caminho para a
53 gratuidade destes serviços, necessário ao
54 desenvolvimento do País, tem sido contra-
55 riado pelos interesses do capital.

56 **2.2.3. Crescem as desigualdades e**
57 **desequilíbrios territoriais.** Aumenta o con-
58 traste entre um litoral e áreas metropolitanas
59 densamente povoados e vastas zonas do
60 interior do País sujeitas a um processo de
61 despovoamento. Territórios que são esva-
62 ziados de actividade produtiva e que, com
63 expressões específicas, enfrentam os cons-
64 trangimentos resultantes da falta de investi-
65 mento e de respostas nos serviços públicos,
66 designadamente na saúde, na educação ou
67 nos transportes. Nas áreas metropolitanas
68 assumem particular dimensão os problemas
69 do acesso à habitação, de gentrificação e de
70 sobreocupação do solo com consequências
71 nos planos do ordenamento, do ambiente
72 e de segurança, com impactos na quali-
73 dade de vida nomeadamente na dificuldade
74 de acesso a serviços públicos. Em vez do
75 necessário planeamento económico, o País
76 está cada vez mais nas mãos da «anar-
77 quia» do mercado inteiramente determinado
78 pelo capital privado para a maximização do
79 lucro. A que se acrescenta uma expansão
80 e acumulação por via da mercantilização e
81 privatização de novas áreas da vida do País
82 – ambiente, saúde, etc. – e da financeiriza-
83 ção da economia, de que a concentração e
84 especulação fundiária – urbana e rural – são
85 expressão.

86 Prossegue a degradação ambiental: a
87 perda de biodiversidade, a destruição e
88 fragmentação de habitats, a degradação
89 e erosão dos solos, a seca e a contami-
90 nação de massas de água, a degradação
91 da qualidade do ar, a erosão costeira, os
92 incêndios florestais, a poluição sob múltiplas
93 formas – são expressões desta realidade.
94 As alterações climáticas geram efeitos e
95 têm consequências em múltiplos aspectos.
96 Assiste-se à instrumentalização pelo capital
97 das preocupações com a degradação do
98 **ambiente** e as alterações climáticas, não
99 para responder ao necessário equilíbrio
100 entre o homem e a Natureza de que este
101 faz parte, mas para abrir novas áreas de
102 negócio.

1 Evidencia-se o carácter predador do
2 modo de produção capitalista com o
3 aumento do consumo irracional dos recur-
4 sos com consequências negativas para as
5 populações e o meio ambiente. A política
6 em curso – com a fragilização das estrutu-
7 ras do Estado, a mercantilização e a falta
8 de investimento na conservação da Natu-
9 reza, a criação de novos impostos sobre o
10 consumo, a consolidação de instrumentos
11 especulativos como o mercado de carbono,
12 a obsolescência programada dos produtos,
13 a liberalização do comércio, a par de uma
14 transição energética comandada e ao ser-
15 viço do grande capital – facilita a predação
16 dos recursos naturais ao sabor dos interes-
17 ses dos grupos económicos e não resolve,
18 antes aprofunda os problemas ambientais.

19 **2.2.4. No plano social** a evolução do
20 País é marcada pela política de agrava-
21 mento da exploração, pelo ataque às fun-
22 ções sociais do Estado e a degradação dos
23 serviços públicos, aprofundando injustiças
24 e desigualdades.

25 A realidade com que se confrontam
26 milhões de trabalhadores é marcada pelos
27 **baixos salários e pelo ataque aos seus**
28 **direitos**, com impactos negativos nas con-
29 dições de vida, nas pensões e na Segurança
30 Social, na ocupação do território e na demo-
31 grafia, na economia nacional. A esmagadora
32 maioria dos trabalhadores está sujeita à
33 desvalorização das carreiras e profissões,
34 assiste-se à compressão dos salários (com
35 uma grande parte dos trabalhadores sujeita
36 a a salários baixos) e aprofunda-se a diver-
37 gência face a outros países da Europa.

38 Largos sectores viram o seu poder de
39 compra sujeito à erosão pelo aumento sig-
40 nificativo dos preços verificado nos últimos
41 anos. Sucessivas alterações à legislação
42 laboral fragilizaram a contratação colectiva,
43 promoveram a individualização das relações
44 de trabalho, facilitaram e embarateceram
45 os despedimentos, promoveram a precarie-
46 dade, os horários desregulados, a desvalori-
47 zação de carreiras e profissões, o aumento
48 da idade da reforma, o ataque à acção sin-
49 dical. Cresce o número daqueles que traba-
50 lham por turnos, à noite, ao fim-de-semana,
51 em dias feriado ou com outros horários atí-

52 picos, com profundos impactos na saúde,
53 na sinistralidade laboral e doenças profis-
54 sionais, no apoio à família, na qualidade de
55 vida e do emprego. O desemprego persiste
56 e articula-se com o recurso à precariedade,
57 períodos de inactividade e baixos níveis de
58 protecção social, a par da penalização do
59 valor das reformas e pensões.

60 As novas formas de organização empre-
61 sarial, associadas a intensos desenvolvi-
62 mentos tecnológicos – plataformas digitais,
63 teletrabalho, aplicação da inteligência arti-
64 ficial, entre outros –, transportam novos
65 problemas com que se confrontam os tra-
66 balhadores, mas que têm na exploração a
67 mesma base de sempre.

68 **2.2.4.1.** Está em curso uma significa-
69 tiva alteração da composição da força de
70 trabalho em Portugal. Os baixos salários
71 têm um profundo impacto nas **migrações**
72 no nosso País. Por um lado, todos os anos
73 continuam a sair do País dezenas de milhar
74 de pessoas, em particular jovens, incluindo
75 com formação superior e em sectores de
76 mão-de-obra especializada, à procura de
77 uma vida melhor. Por outro lado, o modelo
78 económico que é imposto necessita de
79 grandes quantidades de força de trabalho
80 a baixo preço, atraindo trabalhadores de
81 um diversificado leque de nacionalidades
82 sujeitos a elevados níveis de exploração –
83 incluindo por via do envolvimento de redes
84 de tráfico. Os impactos destas alterações
85 exigem a aplicação dos direitos laborais a
86 todos os trabalhadores e colocam, para lá
87 da dimensão laboral, novas exigências no
88 combate às discriminações, ao racismo e
89 à xenofobia, na integração social, no plano
90 dos serviços públicos e das funções sociais
91 do Estado.

92 O aumento da participação das **mulheres**
93 em diversos domínios da sociedade é uma
94 realidade, embora marcada por persistentes
95 desigualdades e discriminações, e pela
96 limitação de importantes direitos no trabalho,
97 na família, na maternidade, no acesso a cui-
98 dados de saúde, na participação política, na
99 cultura ou no desporto. As mulheres conti-
100 nuam a enfrentar várias formas de violência,
101 nomeadamente a violência doméstica e
102 a exploração da prostituição. A desigual-

1 dade e as discriminações que atingem as
2 mulheres têm por base a mesma política
3 que fomenta os baixos salários, a precarie-
4 dade, a degradação dos serviços públicos,
5 a exploração de quem trabalha. Na verdade,
6 uma dupla exploração, em função da classe
7 e do sexo, é prosseguida, apesar da propa-
8 ganda em torno das chamadas políticas de
9 igualdade de género. Associam-se ainda
10 elementos da agenda reaccionária que com-
11 portam novos perigos de retrocessos nos
12 direitos das mulheres.

13 A **juventude** enfrenta crescentes limita-
14 ções à sua autonomia e realização pessoal.
15 A elitização do ensino ganhou força com
16 o crescimento do ensino profissional e as
17 profundas alterações no ensino superior por
18 via do processo de Bolonha. O contraste
19 entre os baixos salários, a precariedade e
20 o elevado custo de vida, em particular os
21 preços da habitação, atiram para cada vez
22 mais tarde a sua emancipação. O acesso à
23 cultura e ao desporto não é garantido. A sua
24 capacidade de transformar é condicionada
25 por crescentes limitações aos seus direi-
26 tos democráticos – na escola e no local de
27 trabalho –, ritmos de vida impostos e pela
28 fortíssima ofensiva ideológica dirigida às
29 novas gerações promovendo a divisão, o
30 individualismo e o consumismo.

31 O desenvolvimento integral das **crian-**
32 **ças** não é assegurado em Portugal. A sua
33 situação reflecte uma realidade abrangente
34 da sociedade – salários, horários de tra-
35 balho, desemprego, habitação, serviços
36 públicos – que é inseparável das condições
37 de vida impostas à generalidade dos traba-
38 lhadores e que mantém elevados níveis de
39 pobreza infantil. Continua por concretizar a
40 construção de uma rede pública de creches,
41 há limitações no acesso ao pré-escolar e
42 insuficiências diversas na escola pública.
43 Importantes dimensões dos direitos das
44 crianças, incluindo o direito a brincar, à par-
45 ticipação ou à mobilidade autónoma não são
46 reconhecidos nem garantidos.

47 A larga maioria dos **reformados, pen-**
48 **sionistas e idosos** confronta-se com os
49 baixos valores das reformas e das pensões
50 num contexto de aumento dos preços dos
51 bens e serviços essenciais, que afectam

52 as suas condições de vida e explicam os
53 índices de pobreza que os atinge. Cresce o
54 seu peso no conjunto da sociedade (cerca
55 de um quarto da população) e o número
56 de situações de isolamento, e também de
57 negligência ou maus tratos, que exigem
58 respostas adequadas – na saúde (incluindo
59 na saúde mental), no apoio à autonomia, na
60 cultura e no lazer. A ausência de uma rede
61 pública de equipamentos, lares e serviços
62 de apoio, é uma forma de desresponsabili-
63 zação do Estado e de criação de toda uma
64 área de negócio profundamente elitizada
65 em torno do aumento da longevidade que o
66 grande capital pretende explorar. O aumento
67 da esperança média de vida alcançado não
68 é acompanhado de medidas que correspon-
69 dam às exigências daí decorrentes, nomea-
70 damente a uma vida digna.

71 As dificuldades sentidas pelas **pessoas**
72 **com deficiência** (motora, sensorial, orgâ-
73 nica ou intelectual) e as suas famílias con-
74 trastam com as possibilidades que já hoje
75 a sociedade tem e devia proporcionar. Veri-
76 fica-se uma profunda indiferença perante a
77 situação das crianças com necessidades
78 específicas, a ausência de apoios aos pro-
79 jectos de vida e de emprego para muitos
80 dos jovens que terminam o ensino obriga-
81 tório, a escassez de apoio às situações de
82 deficiência profunda, a ausência de uma
83 política de Estado, que garanta o acesso a
84 serviços públicos, visando a autonomia e
85 enquadramento ao longo da vida.

86 **2.2.4.2. A pobreza** não é uma fatalidade
87 histórica ou cultural mas consequência de
88 opções políticas, que continua a marcar a
89 vida do País. O foco muitas vezes colocado
90 nas graves situações de pobreza extrema
91 – incluindo com milhares de pessoas a viver
92 nas ruas – centrado numa visão caritativa
93 e assistencialista não altera e até esconde
94 uma realidade mais ampla e profunda de
95 pobreza ou forte privação material, com par-
96 ticular incidência nas crianças, nos jovens e
97 nos idosos, nos trabalhadores desemprega-
98 dos ou mesmo com emprego, nos imigran-
99 tes, nas famílias monoparentais.

100 **2.2.4.3.** O ataque aos serviços públicos,
101 num contexto em que se adensam proble-
102 mas sociais, tem ainda contribuído para

1 a fragilização das estruturas de combate
2 à **toxicod dependência** e ao **alcoolismo** e
3 outras dependências, com consequências
4 negativas na resposta a essas realidades.

5 **2.2.4.4.** Persistem na sociedade, não
6 obstante progressos no âmbito legislativo,
7 expressões de **discriminação e preconcei-**
8 **tos** de natureza diversa – nomeadamente
9 em função de questões da sexualidade –
10 com consequências negativas na vida
11 concreta de milhares de pessoas, sendo
12 necessário prosseguir a intervenção para
13 as combater e superar, o que só será plena-
14 mente alcançado na luta pelos direitos, pela
15 ruptura com a política de direita e por uma
16 sociedade mais justa para todos.

17 **2.2.5.** O ataque às **funções sociais do**
18 **Estado** é um elemento nuclear da ofensiva
19 contra o regime democrático. O que está
20 em curso é uma estratégia que visa negar
21 a igualdade e a universalidade de acesso a
22 direitos constitucionais em domínios como
23 os da saúde, educação, segurança social,
24 fazendo o caminho para a sua privatização.
25 Objectivo que se concretiza com a redu-
26 ção do investimento público e da despesa
27 pública, no abandono em geral dos serviços
28 públicos como rede estruturante de efectiva-
29 ção de direitos, e na desvalorização salarial
30 e profissional dos seus trabalhadores.

31 **2.2.5.1.** Assume particular gravidade a
32 situação que está a ser imposta ao **Serviço**
33 **Nacional de Saúde (SNS)**, numa estratégia
34 articulada entre o poder político e os grupos
35 económicos, promovendo uma contínua
36 desvalorização e desgaste do SNS, o desvio
37 de profissionais – médicos, enfermeiros,
38 técnicos – e de recursos do serviço público
39 para os grupos económicos.

40 O SNS continua a ser a garantia de
41 acesso universal à saúde. O desvio de
42 verbas do orçamento do SNS para o sec-
43 tor privado, o recurso às PPP, a falta de
44 investimento, a política do medicamento
45 fortemente condicionada pelos interesses
46 da indústria farmacêutica, a privatização de
47 cuidados primários e de diversos serviços
48 hospitalares, o condicionamento da gestão
49 pública, os baixos salários e a desvaloriza-
50 ção das carreiras, ameaçam destruir esta
51 importante conquista de Abril. À medida que

52 cresce o peso dos grupos privados de saúde
53 no País recua o direito do povo português
54 à saúde.

55 **2.2.5.2.** Prossegue a ofensiva contra a
56 **Escola Pública** de qualidade e gratuita,
57 modelo mais democrático e avançado de
58 organização do sistema educativo. Assis-
59 te-se a uma gritante falta de professores e
60 outros profissionais e à falta de investimento
61 num parque escolar a precisar de interven-
62 ção urgente e, em muitos casos, profunda.
63 Em vez de uma perspectiva de acesso uni-
64 versal a todos os graus de ensino, a tendên-
65 cia é a de elitização; em vez de uma gestão
66 participada e democrática, a tendência é a
67 da concentração de poder; em vez de um
68 ensino orientado para a formação integral do
69 indivíduo, a tendência é para o empobreci-
70 mento e estreitamento das aprendizagens
71 em função dos interesses do capital; em
72 vez dos meios necessários a uma Escola
73 Pública, gratuita e de qualidade, a tendência
74 é a do crescimento e promoção do ensino
75 privado.

76 No ensino superior as propinas continuam
77 a ser um obstáculo à sua democratização.
78 Assiste-se a uma crescente dependência
79 de receitas próprias (no seu financiamento)
80 e a consequente subordinação destas ins-
81 tituições aos interesses do grande capital.
82 Mais do que investir em escolas privadas, o
83 grande capital está hoje – no financiamento,
84 nos currículos, nos órgãos de gestão, nos
85 projectos de investigação científica, nas par-
86 cerias diversas, no alojamento estudantil, no
87 domínio ideológico – dentro das instituições
88 públicas de ensino superior, situação inse-
89 parável do Regime Jurídico das Instituições
90 de Ensino Superior em vigor.

91 A lógica de um ensino superior, ou
92 mesmo de toda a escola pública, orientados
93 para satisfazer as necessidades dos mer-
94 cados não contribui para a sua qualidade
95 e, menos ainda, para as necessidades de
96 desenvolvimento do País. O **sistema cien-**
97 **tífico e tecnológico nacional** acompanha
98 esta tendência. Os recursos que faltam às
99 instituições científicas – universidades e
100 politécnicos, laboratórios do Estado, insti-
101 tutos diversos – são canalizados em bene-
102 fícios fiscais e outros apoios para os grupos

1 económicos. Portugal não conta, verda-
2 deiramente, nem com um corpo científico
3 (marcado pela precariedade a que estão
4 sujeitos milhares de investigadores) nem
5 com uma política científica nacional estáveis
6 e apresenta um significativo défice cientí-
7 fico e tecnológico, que a política de direita
8 aprofunda.

9 **2.2.5.3.** O sistema público de **segurança**
10 **social** enfrenta diversas tentativas de priva-
11 tização. O elevado volume de recursos que
12 concentra e movimenta é alvo da cobiça do
13 capital financeiro. A sua sustentabilidade,
14 que procuram questionar, é garantida pela
15 sua dimensão universal e solidária e tem
16 como principal fonte de financiamento os
17 descontos realizados pelos trabalhadores,
18 sendo que os últimos anos ficaram mar-
19 cados pelo aumento das receitas para a
20 Segurança Social. Apesar disso, as pres-
21 tações sociais diversas que a Segurança
22 Social assume não só têm tido actualiza-
23 ções aquém das necessidades como têm
24 sido restringidas e limitadas no seu alcance.

25 Com um papel determinante no paga-
26 mento das reformas e pensões, na resposta
27 às situações de desemprego, pobreza,
28 doença, deficiência, maternidade e pater-
29 nidade e infância, crescem as tentativas
30 que visam desviar os seus recursos para o
31 grande capital, seja por via da promoção dos
32 chamados planos de poupança de bancos
33 ou seguradoras, de acumulação de dívidas,
34 do trabalho não declarado ou da utilização
35 abusiva e oportunista do *lay-off*. Intensifi-
36 cam-se as manobras para reduzir o valor
37 das contribuições e fragilizar a Segurança
38 Social.

39 **2.2.5.4.** Nos últimos anos agravou-se
40 a falta de acesso à **habitação**, resultado
41 de décadas de desinvestimento público,
42 do crescente domínio do capital financeiro
43 e dos fundos imobiliários sobre este bem
44 essencial, da liberalização do mercado
45 de arrendamento, da política de solos, da
46 promoção do negócio bancário e das altas
47 taxas de juro, da especulação imobiliária e
48 da pressão da procura externa – turismo,
49 incentivos fiscais para não residentes, etc.

50 Os impactos destas opções atingem,
51 ainda que de forma diferenciada, várias

52 camadas da população e têm como conse-
53 quência: elevados níveis de privação resul-
54 tante de uma parte significativa do salário
55 ser consumida pelas despesas com habi-
56 tação; gentrificação, descaracterização e
57 reconfiguração social das principais cidades;
58 aumento da distância entre casa e trabalho;
59 na fixação de trabalhadores na adminis-
60 tração pública; ruptura de laços sociais e
61 familiares; consequências na natalidade;
62 elitização do ensino superior; sobrelotação
63 e partilha de casas; regresso da construção
64 ilegal. A situação na habitação reflecte as
65 opções neoliberais que a transformam numa
66 mercadoria apagando a sua função social.

67 **2.2.5.5.** A política de direita trava o pro-
68 cesso de democratização da **cultura** aberto
69 pela Revolução de Abril. O subfinancia-
70 mento e desresponsabilização do Estado
71 conjugam-se com a crescente influência do
72 capital visando a mercantilização, elitização
73 e instrumentalização da cultura ao serviço
74 das classes dominantes.

75 Entendido cada vez mais como um «pro-
76 duto», o direito à livre criação e fruição cul-
77 turais, no qual se empenham milhares de
78 entidades, organizações, artistas e profissio-
79 nais, é profundamente limitado. O apoio às
80 artes e ao movimento associativo popular, a
81 preservação e divulgação do património cul-
82 tural material e imaterial, o ensino artístico
83 e o papel atribuído à língua portuguesa, as
84 condições de trabalho dos que se dedicam
85 à produção e criação culturais não respon-
86 dem às necessidades do País. Acentua-se
87 a tentativa de homogeneização a partir de
88 padrões e concepções estéticas impostas
89 pelos centros de decisão do grande capital
90 e ao serviço da ideologia dominante.

91 **2.2.5.6.** No **desporto**, o esforço e dedi-
92 cação de múltiplas entidades, em particular
93 autarquias, movimento associativo e atletas
94 que, com a sua acção e participação pro-
95 jectam o desporto e ampliam a sua prática,
96 contrasta com uma política que a desva-
97 lORIZA e desinveste – do desporto escolar
98 ao de alto rendimento – ao mesmo tempo
99 que mercantiliza, privatiza e despreza a
100 importância da educação física e da prá-
101 tica desportiva para a formação integral do
102 indivíduo.

1 **2.2.6.** A ofensiva contra o **Poder Local**
2 e a sua autonomia continua. A concretiza-
3 ção da delegação de competências e da
4 transferência de encargos para as autar-
5 quias locais, apresentada como «descen-
6 tralização», articulada com amputações
7 de autonomia e recursos financeiros e a
8 privatização de serviços, constitui uma peça
9 de particular gravidade não só pelas suas
10 consequências para o Poder Local, mas
11 sobretudo pelo que representa de ataque à
12 universalidade de direitos e funções sociais,
13 inseparável do processo de reconfiguração
14 do Estado aceleradamente em curso.

15 As opções centralistas, determinadas a
16 partir da política de direita, expressam-se na
17 desconsideração perante as **autonomias**
18 **regionais** quanto à assunção de respon-
19 sabilidades devidas à garantia do princí-
20 pio da continuidade territorial, no recurso a
21 estruturas desconcentradas para comandar
22 políticas regionais, no ataque à autono-
23 mia do Poder Local (de que o processo de
24 liquidação de freguesias e recusa da sua
25 reposição é expressão), a par do bloqueio
26 ao imperativo constitucional de criação das
27 regiões administrativas.

28 **2.2.7.1.** A **Justiça** continua submetida a
29 uma inércia que agrava os problemas exis-
30 tentes, nomeadamente a sua morosidade e
31 as dificuldades de acesso pela larga maioria
32 da população. Faltam recursos humanos, as
33 instalações degradam-se, arrastam-se os
34 problemas com as carreiras dos funcionários
35 judiciais, dos registos e notariado, da rein-
36 serção e serviços prisionais, degradam-se
37 as condições de exercício profissional dos
38 advogados. Acentua-se assim a marca de
39 classe no acesso à justiça. Elementos da
40 acção das magistraturas estão a ser usados
41 como pretexto para introduzir alterações
42 negativas no funcionamento da justiça.

43 **2.2.7.2.** A **segurança das populações**
44 é condicionada pelo desinvestimento nesta
45 área e pela recusa da constituição de uma
46 polícia nacional única (PSP e GNR), de
47 natureza civilista. Cresce a alienação de
48 responsabilidades do Estado em matéria de
49 segurança e tranquilidade das populações,
50 inserindo-se esta opção em objectivos mais
51 profundos e antidemocráticos. O policia-

52 mento preventivo e de proximidade tem
53 sido preterido. O processo de extinção do
54 SEF trouxe consequências negativas para
55 o controlo de fronteiras do País. A natureza
56 militar da GNR e a subordinação da Polícia
57 Marítima à Marinha não são consentâneas
58 com a distinção constitucional existente
59 entre as Forças Armadas e as Forças de
60 Segurança.

61 **2.2.7.3.** Em conflito com a Constituição,
62 o **Sistema de Informações da República**
63 (**SIRP**) constitui-se como factor de per-
64 versão do regime democrático, mantendo
65 um estatuto imune à fiscalização judicial e
66 democrática.

67 **2.2.7.4.** Com a recente reestruturação da
68 **Protecção Civil** acentuou-se ainda mais a
69 burocratização e militarização do sistema e
70 mantêm-se debilidades no domínio da pre-
71 venção e do Planeamento Civil de Emergên-
72 cia que expõem o território e as populações
73 a situação de risco e fragilizam a capacidade
74 de planear cenários de resposta e de garantir
75 redundâncias sobre áreas vitais ao funcio-
76 namento do Estado em eventuais situações
77 de maior gravidade. O papel dos bombeiros,
78 que asseguram mais de 90% das operações
79 de socorro, continua a ser desvalorizado.

80 **2.2.7.5.** Aprofundou-se o processo de
81 centralização e da governamentalização
82 das **Forças Armadas** com a continuada
83 subordinação aos interesses dos EUA, da
84 NATO e ao impulso militarista da União
85 Europeia, em simultâneo com a continuada
86 degradação em meios humanos, materiais e
87 sócio-profissionais e a ausência de resposta
88 digna aos problemas dos militares, incluindo
89 à situação dos ex-combatentes.

90 **2.3. A evolução política e a sua** 91 **expressão nas instituições**

92 A situação nacional e as suas perspecti-
93 vas de evolução são inseparáveis da relação
94 de forças no plano político e da sua expres-
95 são institucional e do confronto de classe em
96 curso. Um confronto que conta desde logo
97 com a acção dos sucessivos governos que
98 nos últimos anos mantiveram como eixos
99 essenciais o prosseguimento e aprofunda-
100 mento da política de direita.

1 Nestes últimos quatro anos, o que se
2 deve assinalar é a prossecução. quer dos
3 governos PS, quer do actual governo PSD/
4 /CDS, de uma política determinada por
5 opções que nos domínios do favorecimento
6 dos grupos económicos não se distinguem
7 no essencial. Um quadro em que o cres-
8 cimento da expressão de outras forças e
9 partidos com representação institucional cria
10 condições mais favoráveis a essas opções,
11 amplia a base política à sua concretização
12 e introduz factores de dispersão e desfoca-
13 gem na identificação de responsabilidades.

14 A evolução da situação política é inse-
15 parável da conjugação de três factores:
16 a partilha de objectivos que em questões
17 essenciais unem PS e PSD e a sua interven-
18 ção governativa e parlamentar ao serviço
19 dos interesses do grande capital; o apoio e
20 cumplicidade do Presidente da República
21 no sentido de favorecer o prosseguimento
22 dessa política; a contribuição resultante
23 dessas opções para abrir campo e espaço
24 político a forças reaccionárias e retrógradas,
25 Chega e IL, sucedâneas de PSD e CDS,
26 que partilhando integralmente dessa política
27 beneficiam do engano a que muitos são
28 conduzidos pela sua demagogia, e corres-
29 pondem ao elevar do confronto do grande
30 capital com o regime democrático.

31 A política de direita encontrou no PS um
32 percurso e opções que não descolam, no
33 que é essencial aos interesses do capital,
34 das que são partilhadas por PSD, CDS,
35 Chega e IL, independentemente de fabrica-
36 das polémicas e confrontos verbais, como
37 se pode comprovar pela sistemática conver-
38 gência de objectivos políticos e em votações
39 e discussões parlamentares, em que se
40 insere o processo de revisão constitucional,
41 interrompido pela dissolução da Assembleia
42 da República, desencadeado com indisfar-
43 çáveis objectivos antidemocráticos a que o
44 PS deu abrigo.

45 Um percurso assumido pelo PS, que se
46 expressou de forma bem visível no incó-
47 modo que revelou face ao período da «nova
48 fase da vida política nacional» iniciado em
49 2015 com a formação do seu governo mino-
50 ritário num quadro de uma correlação de for-
51 ças que possibilitou a interrupção da política

52 de acelerada destruição então em curso e
53 a defesa, reposição e conquista de direitos,
54 ainda que limitada. A avaliação do que esse
55 período representou, o seu alcance e signi-
56 ficado, as suas limitações e insuficiências,
57 implicam a rejeição de simplificações e de
58 deturpações. Um período que mostrou que
59 foi possível com a luta dos trabalhadores e a
60 intervenção do PCP impedir a concretização
61 de projectos negativos em curso, responder
62 a problemas mais urgentes, alcançar avan-
63 ços, ao mesmo tempo que evidenciou, como
64 o PCP sempre salientou, que as soluções
65 e a política que o País precisava e precisa
66 para vencer os seus défices estruturais e
67 assegurar um desenvolvimento soberano
68 não encontravam saída no espartilho das
69 opções de classe do PS e do seu governo.

70 Neste percurso, o PS assumiu crescen-
71 temente um posicionamento de resistên-
72 cia e recusa de resposta aos problemas e
73 adoptou uma estratégia orientada para o
74 prosseguimento das suas opções de classe,
75 designadamente com a dramatização em
76 torno da proposta de OE para 2022 mar-
77 cada no seu conteúdo, e para lá dele, pela
78 rejeição de soluções para o País. Susten-
79 tada numa indisfarçável ambição de poder,
80 depois de uma operação de pressões e
81 chantagem, que o Presidente da República
82 impulsionou, acabou por conduzir a eleições
83 antecipadas em que o PS veio a alcançar a
84 maioria absoluta, como era seu objectivo.

85 Uma política que conheceu, nos dois anos
86 de governo com maioria absoluta, a confir-
87 mação de orientações que vão da degra-
88 dação dos serviços públicos ao ataque ao
89 SNS, da manutenção das normas gravosas
90 da legislação laboral ao favorecimento dos
91 lucros da banca, do apoio aos grupos econó-
92 micos à inércia na resposta aos problemas
93 da habitação. A demissão do Primeiro-Mi-
94 nistro em Novembro de 2023, com a conse-
95 quente convocação de eleições, a pretexto
96 de um processo judicial, é sobretudo expres-
97 são das consequências dessa política e do
98 crescimento do descontentamento expresso
99 na luta dos trabalhadores e do povo.

100 O início de funções do governo PSD/
101 CDS revelou, para lá da propaganda e
102 medidas pontuais, a determinação clara

1 de prosseguir e intensificar a política de
2 direita. Os primeiros meses de governo
3 confirmam que PSD e CDS, em convergên-
4 cia com Chega e IL, procuram levar mais
5 longe a política de direita, ao serviço do
6 grande capital, de ataque aos direitos dos
7 trabalhadores, de agravamento da explora-
8 ção, de entrega dos serviços públicos aos
9 negócios privados, de privatizações, de pri-
10 vilégios aos grupos económicos, enquanto
11 se aprofundam as dificuldades para a gene-
12 ralidade da população.

13 Num contexto em que as forças do
14 grande capital encontram no plano institu-
15 cional melhores condições para concretizar
16 os seus objectivos, em que se confirma o
17 demissionismo do PS para enfrentar as
18 opções do actual governo e maioria, em
19 que a pretexto da expressão reaccionária
20 de Chega e IL se pretende naturalizar o que
21 PSD e CDS representam dessa dimensão
22 procurando contrapor uma direita «demo-
23 crática» a uma «reaccionária» – a afirma-
24 ção do PCP como a verdadeira força de
25 oposição e de alternativa emerge como um
26 imperativo.

27 É de assinalar o posicionamento do Pre-
28 sidente da República, marcado por uma con-
29 vergência objectiva com desenvolvimentos
30 que, no plano político e institucional, con-
31 correm para garantir condições favoráveis
32 ao prosseguimento da política de direita a
33 par de um exercício que, também no plano
34 da política externa, o confronta com o que
35 a Constituição estipula e lhe cabe cumprir
36 e fazer cumprir.

37 **2.4. A perversão do regime** 38 **democrático e a defesa** 39 **da Constituição da República**

40 O confronto que opõe os que ambicionam
41 concluir o processo contra-revolucionário
42 e as forças que, ancoradas em Abril e na
43 Constituição, lhe resistem tem no regime
44 democrático, nas suas características fun-
45 dadoras, nos elementos mais avançados
46 em que se estrutura, um elemento central.

47 Um processo contra-revolucionário com
48 dimensões distintas mas convergentes, em
49 que a reconfiguração do Estado ao serviço
50 do grande capital é expressão directa da
51 dominação do poder económico sobre o
52 poder político; em que o ataque a direitos
53 essenciais constitucionalmente consagra-
54 dos, naquelas que são as funções sociais
55 do Estado, corre a par de orientações que,
56 directa e indirectamente, favorecem a pri-
57 vatização destas; em que, em nome da
58 «liberdade de escolha» e de um Estado
59 «mínimo», o que se visa é limitá-lo às cha-
60 madas funções de soberania e, ao mesmo
61 tempo, moldá-lo enquanto instrumento
62 impulsor da acumulação capitalista
63 designadamente com o ataque a direitos
64 dos trabalhadores.

65 Prossegue o objectivo de perversão do
66 regime democrático em que se inserem
67 a aprovação de Leis inconstitucionais; o
68 desrespeito e revisão subversiva da Con-
69 stituição da República; a tendência para a
70 judicialização da vida política; propostas
71 para revisão das leis eleitorais que põem
72 em causa a proporcionalidade e fiabilidade;
73 o desvio daquelas que são as missões con-
74 stitucionais das forças armadas e de segu-
75 rança; os chamados pactos de regime entre
76 forças que têm conduzido alternadamente a
77 política de direita.

78 Um processo acompanhado pelo recru-
79 descimento de concepções retrógradas e
80 reaccionárias, com a promoção de forças
81 de extrema-direita e a difusão do anticomu-
82 nismo, em que o branqueamento do fas-
83 cismo e a reescrita da Revolução de Abril
84 são elementos estruturantes.

85 Neste contexto, a luta em defesa do
86 regime democrático e pela exigência do
87 cumprimento da Constituição da República e
88 dos direitos políticos, económicos, sociais e
89 culturais nela consagrados, a promoção dos
90 valores de Abril na sua relação directa com
91 os interesses e direitos dos trabalhadores
92 e do povo assumem extrema importância
93 e constituem um desígnio de convergência
94 para todos os democratas e patriotas.

Capítulo 3

A integração capitalista europeia e a soberania nacional

3.0. A inserção de Portugal no processo de integração capitalista europeu, pela sua natureza e desenvolvimento, confirma-se como instrumento promotor do domínio do capital monopolista sobre a vida nacional.

O país em que vivemos e intervimos é profundamente marcado pelos efeitos desta inserção, nos planos económico, social e político.

No plano económico, com o comprometimento do pleno aproveitamento de recursos endógenos e de potencialidades de desenvolvimento; a limitação do papel do Estado como estrutura determinante e referencial no planeamento e condução da política económica; uma divisão europeia do trabalho que contribui para a fixação da economia nacional num perfil de especialização assente em baixos salários e qualificações.

No plano social, com a erosão de direitos laborais e outros direitos sociais; a degradação e desmantelamento dos serviços públicos e a mercantilização de crescentes esferas da vida social – da saúde à segurança social, passando pela habitação, transportes, comunicações, educação e cultura.

No plano político, com o empobrecimento geral da vida democrática; a subordinação crescente do poder político ao poder económico e a menorização de instituições de soberania nacionais face às instituições da União Europeia, com sujeição ao rol de determinações e arbitrariedades que delas emana.

As graves limitações à soberania e independência nacionais associadas à integração capitalista europeia acentuam o conflito entre o curso da vida nacional e o projecto

de desenvolvimento consagrado na Constituição da República.

3.1. Situação e evolução recente da União Europeia

3.1.1. A situação da União Europeia (UE) evidencia-a como um instrumento e espaço de domínio dos monopólios e das transnacionais, orientada para a concentração de poder nas principais potências capitalistas europeias e simultaneamente alinhada com o imperialismo norte-americano.

3.1.2. A evolução da UE, salvaguardando estruturalmente os interesses das transnacionais e das grandes potências, reflecte a relação das forças sociais e políticas no seu interior, bem como a necessidade de adaptação a diferentes conjunturas.

A pandemia de Covid-19 e a retracção económica, como antes a crise desencadeada em 2007-2008, com a expressão que adquiriu na zona Euro, levaram, a partir dos referidos interesses, à anulação, com duração e alcance diversos, de normas estabelecidas e à adopção de medidas anteriormente recusadas ou não previstas. São exemplos: as taxas de juro oficiais nulas e mesmo negativas do BCE; o financiamento dos Estados pelo BCE com programas de aquisição de dívida soberana; o «controlo de capitais» (em Chipre) e as restrições à «livre circulação de mercadorias»; a viabilização excepcional de apoios públicos a empresas nacionais; a suspensão de regras orçamentais quanto ao défice e à dívida; a emissão de dívida pela UE e a promoção do investimento com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

1 Estas medidas contribuíram para evitar
2 uma maior recessão, embora a sua aplica-
3 ção tenha sido marcada por insuficiências,
4 desigualdades e arbitrariedades das institui-
5 ções da UE, como o demonstra a exclusão
6 da TAP do quadro excepcional de ajudas
7 estatais, favorecendo assim as multinacio-
8 nais da aviação.

9 Além disso, a sua pronta reversão paten-
10 teia a natureza de classe da integração, ao
11 serviço do grande capital, que não se con-
12 forma com a redução de lucros, nem com
13 a despesa social. São exemplos: a subida
14 significativa dos juros e a sua manutenção
15 a níveis elevados; a reposição de limitações
16 à compra de dívida pelo BCE; a reforma
17 da Governação Económica da UE, com a
18 imposição de tectos à despesa pública; a
19 possibilidade de novas reduções nos fun-
20 dos estruturais e de coesão. Esta evolu-
21 ção projecta-se com efeitos extremamente
22 negativos na realidade do País nos tempos
23 mais próximos.

24 **3.1.3.** A acentuação da natureza e do
25 rumo neoliberal, federalista e militarista da
26 UE, com as suas políticas e orientações
27 únicas, que prevalecem sobre os interesses
28 dos trabalhadores e dos povos e em con-
29 fronto com a soberania nacional, confirmam
30 que não é possível uma política alternativa
31 sem enfrentar e romper com as imposições
32 da UE.

33 **3.1.4.** A experiência confirma que os
34 dogmas e as políticas da UE são intocá-
35 veis apenas enquanto servem o domínio
36 e os interesses das principais potências
37 e dos seus grupos económicos. As mes-
38 mas regras que foram invocadas para con-
39 dicionar, chantagear e sancionar certos
40 Estados-Membros e os respectivos povos
41 puderam ser suspensas ou modificadas,
42 quando assim o exigiram os interesses que
43 determinam o rumo da UE. Esta realidade, e
44 as contradições que expõe, exige a determi-
45 nação por parte de países e povos em fazer
46 prevalecer os seus interesses. Sucessivos
47 governos portugueses têm abdicado, em
48 momentos cruciais, da defesa dos interes-
49 ses nacionais.

50 **3.2. A integração monetária**

51 **3.2.1. A integração monetária no Euro**
52 continua a ser um importante constrangi-
53 mento a que o País está sujeito. O Euro
54 agravou crises económicas; impõe um
55 câmbio comum, desajustado dos níveis
56 salariais e de produtividade do País; afecta
57 gravemente a soberania e retira margem de
58 manobra às políticas nacionais; priva o País
59 de ferramentas para potenciar recursos e
60 capacidades; estorva necessárias transfor-
61 mações estruturais; promove a limitação da
62 despesa social e do investimento público;
63 sujeita o País a chantagens das instituições
64 da UE e dos mercados financeiros; dificulta
65 a elevação do nível de vida da população;
66 beneficia o grande capital, nacional e estran-
67 geiro, em detrimento da intervenção pública
68 e nacional.

69 **3.2.2.** Apesar do crescimento económico
70 nacional médio na última década (1,94% ao
71 ano, entre 2014 e 2023) e da redução das
72 dívidas pública e externa, a insuficiência do
73 primeiro e o elevado nível destas confirmam
74 o Euro como um obstáculo ao desenvolvi-
75 mento do País. Neste período, continuou a
76 sacrificar-se o investimento, o financiamento
77 dos serviços públicos e a resposta aos pro-
78 blemas nacionais.

79 A União Bancária promove a concen-
80 tração e alienação nacional da banca.
81 O país perdeu o controlo público e nacio-
82 nal da criação de dinheiro: com a perda
83 de soberania monetária, deixou para uma
84 entidade externa, o BCE, a faculdade de
85 emitir moeda; com o domínio estrangeiro
86 da banca, promovido pela União Bancária,
87 deixa igualmente para centros de comando
88 externos o controlo da criação monetária
89 pela banca comercial (exceptuada a Caixa
90 Geral de Depósitos).

91 A recuperação da soberania monetá-
92 ria – com moeda, banco central, políticas
93 monetária, financeira, cambial, orçamental
94 e bancária próprias e ajustadas à realidade
95 nacional – é uma necessidade estrutural do
96 País. Mas sendo uma condição necessária
97 ao desenvolvimento nacional, não é, por si
98 só, garantia desse desenvolvimento. Tudo
99 depende das opções políticas, propiciadas

1 pela acrescida latitude de acção, que sejam
2 concretizadas.

3 **3.3. Outros constrangimentos** 4 **impostos ao País pela integração** 5 **capitalista europeia**

6 O **mercado único**, alargado a novos sec-
7 tores, como a energia e o digital, a pressão
8 para a mercantilização de sectores sociais,
9 e as políticas comuns (agrícola, de pescas,
10 comercial, entre outras) da UE expõem a
11 sua matriz neoliberal e a assimetria dos
12 seus impactos. A reivindicação de profundas
13 modificações nestas políticas e de salva-
14 guardas que reconheçam especificidades
15 nacionais tem a sua expressão mais con-
16 sequente na luta pela soberania nacional,
17 na indústria, agricultura, pescas, comércio,
18 serviços públicos, dados e serviços digitais,
19 entre outros domínios.

20 A **possibilidade de novo corte no orça-**
21 **mento da UE pós-2027**, em especial nas
22 verbas destinadas à «política de coesão»,
23 ou a retirada de Portugal do conjunto de
24 destinatários desta política, a não ser con-
25 trariada, prejudicará especialmente o País.

26 Amarrar Portugal à **militarização da UE**,
27 assumida como pilar europeu da NATO,
28 assim como às suas orientações e priori-
29 dades de «política externa», além dos peri-
30 gos que acarreta e do comprometimento de
31 recursos, representa um óbvio confronto com
32 a Constituição da República, um entrave à
33 resolução política dos conflitos, à diversifica-
34 ção das relações internacionais e à coopera-
35 ção com diversos países e regiões do mundo.

36 Acentua-se a pressão para aumentar a
37 concentração de poder nas principais potên-
38 cias e nas instâncias supranacionais por elas
39 controladas. A intenção de **pôr fim à regra**
40 **da unanimidade**, nas importantes decisões
41 em que ainda persiste e de que Portugal não
42 pode abdicar, é disso expressão.

43 Com papel activo das instituições da UE
44 e cinicamente assente, entre outras, em ini-
45 ciativas ditas em prol da democracia, cresce
46 a **ofensiva antidemocrática**, que ameaça
47 direitos, liberdades e garantias e procura
48 impor um pensamento único, cedendo
49 espaço a concepções e práticas reaccioná-

50 rias, à censura, ao racismo, à xenofobia, ao
51 nacionalismo, ao chauvinismo, ao fascismo,
52 ao anticomunismo.

53 **3.4. A defesa da soberania nacional**

54 A transferência de decisões para um plano
55 supranacional, favorável aos interesses das
56 grandes potências e ao grande capital trans-
57 nacional, mais distante dos interesses popu-
58 lares e menos exposto à dinâmica e efeitos
59 das lutas de massas, promove a intensi-
60 ficação da exploração dos trabalhadores,
61 a contracção da intervenção pública para
62 garantir direitos e o desenvolvimento, e reúne
63 a adesão, no fundamental, dos grandes gru-
64 pos económicos portugueses, dependentes
65 ou subordinados, aos monopólios europeus
66 e frequentemente beneficiários directos das
67 regras, apoios e políticas da UE.

68 As contradições entre o capital nacional e
69 estrangeiro, entre as empresas nacionais e
70 estrangeiras, a promoção do mercado interno
71 e o mercado europeu (e mundial), o capital
72 industrial e as actividades financeiras, os
73 sectores produtivos e a política monetária e
74 financeira, as disputas pelos financiamentos,
75 investimentos e mercados, assumem expres-
76 sões diversificadas nos diferentes países.

77 Em Portugal – onde se regista uma con-
78 vergência de forças políticas, da direita à
79 social-democracia, que explícita ou tacita-
80 mente aceitam e defendem os constrangi-
81 mentos e os impactos das imposições da
82 UE –, estas contradições são susceptíveis
83 de criar condições para alargar a unidade
84 e convergência de acção das classes e
85 camadas antimonopolistas que são atingi-
86 das pelas políticas da UE.

87 A ruptura democrática e progressista com
88 estas políticas e imposições é um processo
89 indissociável da defesa dos interesses popu-
90 lares e da afirmação do interesse e da sobe-
91 rania nacionais.

92 Um processo que justifica a concertação
93 de posições e a procura de convergências
94 com outros países, mesmo que de natureza
95 conjuntural, mas que rejeita o conceito equí-
96 voco de «soberania europeia», entendido na
97 prática como a soberania das principais potên-
98 cias europeias à custa dos demais países.

1

Capítulo 4

2

Condições de luta, ofensiva ideológica,

3

influência do Partido e o seu alargamento

4 **4.0.** As condições de luta nas quais o PCP
5 intervém acompanham e são inseparáveis
6 da evolução da situação nacional e inter-
7 nacional. Condições de luta mais exigentes
8 que ocorrem numa situação internacional
9 complexa e instável e num país marcado
10 pelo avanço do processo contra-revolucio-
11 nário com o crescente domínio do grande
12 capital. Intervir nesta realidade, exige a com-
13 preensão dos aspectos que determinam
14 a influência geral do Partido na sociedade
15 portuguesa, o quadro ideológico prevale-
16 cente e a base material em que assenta,
17 bem como a desigualdade de meios nesse
18 confronto. Uma compreensão fundamental
19 para identificar não apenas os obstáculos,
20 mas também as possibilidades para resistir e
21 avançar na luta por uma alternativa política,
22 pela democracia e o socialismo.

23 **4.1. Condições em que lutamos**

24 A influência geral do Partido nas suas
25 diversas expressões – política, ideológica,
26 social e eleitoral – não é separável das con-
27 dições de luta, das relações de produção
28 social dominantes, da correlação de for-
29 ças de classe em presença; da situação de
30 avanço ou refluxo do processo político e
31 social (potenciando ou limitando factores de
32 atracção, comprometimento e identificação);
33 das alterações na composição e estrutura
34 social (características, dimensão e organiza-
35 ção do proletariado, de outros trabalhadores
36 e de outras camadas sociais); do enquadra-
37 mento de factores externos e internacionais
38 que se repercutem directa ou indirectamente
39 (desde logo pela sua instrumentalização);

40 dos meios de dominação ideológica (hoje
41 em maior número, mais diversificados e insi-
42 diosos), inseparáveis da natureza do poder
43 dominante que moldam consciências, vontades
44 e posicionamentos. É nesse quadro que
45 o Partido tem de resistir à intensa ofensiva
46 política e ideológica a que é sujeito, e dirigir
47 um processo de luta e acção que contribua
48 para o acumular de forças que projecte o
49 papel que é chamado a desempenhar, para
50 afirmar as suas propostas e o seu projecto.

51 As condições de luta são inseparáveis
52 de elementos que enformam e condicio-
53 nam posicionamentos, promovem ou difi-
54 cultam factores de identificação política
55 independentemente da condição ou classe
56 de cada um, determinados no quadro sócio-
57 económico em que se desenvolvem e em
58 que pesam factores diversos, estruturais
59 e conjunturais. Os factores estruturais,
60 decorrentes da base material da sociedade
61 moldam e estruturam o que os factores con-
62 junturais tratam de consolidar, em maior
63 ou menor expressão de acordo com as cir-
64 cunstâncias, a partir dos instrumentos de
65 dominação ideológica.

66 A partir desta base material concreta
67 cumpre aos comunistas dar resposta no
68 plano ideológico, ter a iniciativa nesse com-
69 bate, mobilizar os meios e tomar as medi-
70 das concretas para em cada momento lhe
71 responder.

72 **4.2. A influência social e política** 73 **do PCP**

74 A influência social, política, ideológica,
75 eleitoral sendo elementos de expressão

1 distinta são, contudo, indissociáveis. O reco-
 2 nhecimento mais geral e amplo da acção do
 3 Partido traduzido na sua influência social
 4 resulta de uma identificação mais próxima
 5 a partir da acção concreta menos sujeita
 6 a factores directos de diversão ideológica.
 7 Um reconhecimento que não se traduz em
 8 toda a sua extensão em apoio político e
 9 menos ainda em apoio eleitoral. Para isso
 10 concorrem negativamente todas as reper-
 11 cussões da sistemática difusão de precon-
 12 ceitos, de deturpação e falsificação, de
 13 silenciamento e ocultação daquelas que
 14 são as posições do Partido.

15 Acrescem ainda factores não desvalo-
 16 rizáveis que têm de ser considerados pelo
 17 que pesam na natureza específica das
 18 batalhas eleitorais. Entre outros, os que
 19 decorrem de uma intervenção: não isolada
 20 da acção de outros com quem nos confron-
 21 tamos, ou desligada de um embate político
 22 e de classe mais vasto; não circunscrita a
 23 um período temporal em que a manifes-
 24 tação de opção de voto está moldada por
 25 um conjunto de elementos que, para lá do
 26 juízo de avaliação de mérito em concreto, a
 27 condicionam e determinam; não separável
 28 do enquadramento ideológico determinado
 29 por concepções dominantes decorrentes
 30 da estrutura sócio-económica em que estas
 31 se suportam; influenciada pelos crescentes
 32 meios e instrumentos de desinformação e do
 33 que deles é massivamente difundido.

34 Não é possível examinar e entender as
 35 expressões diversas da influência do Partido
 36 à margem de elementos que determinante-
 37 mente a condicionam, como a ofensiva anti-
 38 comunista, no plano ideológico mas não só,
 39 e que tem na sua origem aquilo que somos,
 40 os objectivos pelos quais lutamos, os inte-
 41 resses de classe que assumimos, o projecto
 42 de emancipação social que defendemos.

43 **4.3. A luta ideológica**

44 **4.3.1. A ofensiva ideológica em presença**
 45 é parte do processo de confronto de interes-
 46 ses antagónicos que percorre a sociedade
 47 portuguesa, instrumento para impor a domi-
 48 nação das forças e poder do grande capital,
 49 expressão da luta de classes no nosso País.

50 Uma ofensiva construída para garantir os
 51 interesses das classes possidentes, favo-
 52 recer a concretização dos seus objectivos
 53 e perpetuar a exploração.

54 Uma ofensiva que, não sendo nova nem
 55 separável do conflito de interesses que em
 56 cada momento se expressa de forma espe-
 57 cífica, conhece hoje particular intensidade
 58 em função da densificação de instrumentos
 59 ao serviço do capital monopolista, da mul-
 60 tiplicação e concentração dos seus centros
 61 de produção ideológica que invadem todos
 62 os planos da vida em sociedade e que são
 63 potenciados, sobretudo, pelas condições
 64 favoráveis que lhes proporciona a alteração
 65 da estrutura sócio-económica e do que ela
 66 determina ao nível de concepções e cons-
 67 ciência política e social.

68 Uma ofensiva desenvolvida a partir de
 69 duas direcções essenciais: a promoção de
 70 expressões diversas do anticomunismo,
 71 tendo por alvo directo o PCP e a dissemi-
 72 nação de concepções e ideias inerentes
 73 ao capitalismo e de promoção da ideologia
 74 burguesa. Duas componentes indissociáveis
 75 em que esta última lavra o terreno onde se
 76 semeia e difunde o preconceito anticomu-
 77 nista e aplanam o terreno para o ataque ao
 78 Partido.

79 O anticomunismo globalmente consi-
 80 derado é parte integrante da expressão
 81 ideológica da luta entre explorados e explo-
 82 radores, entre trabalho e capital. Enquanto
 83 produto ideológico, o anticomunismo é
 84 expressão desse confronto entre dois sis-
 85 temas sócio-económicos antagónicos, e do
 86 uso que os detentores do poder material
 87 dele fazem para atacar os comunistas e
 88 outros democratas, tentar esbater a atrac-
 89 ção do seu projecto, atrasar o processo de
 90 consciencialização das massas, de luta e
 91 transformação. A virulência da campanha
 92 anticomunista é inseparável do que o PCP
 93 representa enquanto principal obstáculo à
 94 política de direita e aos projectos reaccio-
 95 nários e retrógrados.

96 São múltiplas as formas, expressões e
 97 objectivos da ofensiva contra o PCP. O ata-
 98 que directo e grosseiro, o silenciamento,
 99 a deturpação e falsificação de posiciona-
 100 mentos, o ódio fascizante, a insinuação

1 preconceituosa, a difamação e a calúnia
2 num processo que não pode ser visto iso-
3 ladamente mas, sim, pelo que no seu con-
4 junto acrescenta, estratifica e consolida de
5 obstáculos à mensagem e acção do Partido.

6 Destaca-se toda a torrente que a pre-
7 texto de factos, acontecimentos e realidades
8 no plano internacional se desenvolve no
9 duplo objectivo de, difundindo caricaturas
10 ou anátemas sobre os mesmos, esconder
11 o que eles significam de questionamento
12 e denúncia da estratégia global do impe-
13 rialismo. Num plano mais elaborado, mas
14 não menos insidioso, o enunciado sobre o
15 «conservadorismo» do PCP, num exercício
16 de manipulação conceptual entre conserva-
17 dorismo e progresso, que recorre à mentira
18 grosseira para atribuir ao PCP posições que
19 não tem e que a sua iniciativa desmente, ou
20 à deliberada ocultação da dimensão de pro-
21 gresso efectivo e desenvolvimento humano
22 que o PCP transporta no seu projecto.

23 Uma ofensiva ideológica que, tendo como
24 alvo privilegiado o PCP, é em simultâneo
25 uma ofensiva mais ampla contra a demo-
26 cracia e o regime democrático, de ataque a
27 Abril e os seus valores, de descredibilização
28 da política enquanto tal, de estigmatização
29 e mesmo criminalização política de todos os
30 outros democratas e patriotas que ousam
31 opor-se à deriva antidemocrática em curso
32 ou contrariar o pensamento único que se
33 quer impor.

34 A promoção do individualismo e a ato-
35 mização da vida colectiva; a instigação
36 do egoísmo social enquanto factor de divi-
37 são; o fomento do racismo e de outras
38 expressões de discriminação e preconce-
39 itos, instrumentalizando-os para animar
40 divisões e abrir campo a agendas retró-
41 gradas e reacçãoárias iludindo a sua raiz;
42 a exacerbação das dimensões identitárias
43 para ocultar as fontes dos conflitos que
44 radicam sempre nos domínios sociais e
45 de classe; o esbatimento do sentido de
46 pertença de classe social; a inculcação do
47 medo enquanto padrão de conduta e atitude
48 irracional perante a vida que o aproveita-
49 mento da epidemia de Covid-19 potenciou;
50 o apelo ao conformismo e às inevitabili-
51 dades para conduzir à desistência de inter-

52 venção; a difusão de conceitos como os
53 de competitividade ou sucesso individual
54 à margem das relações sociais; a estigma-
55 tização de organizações sociais e da sua
56 intervenção no plano dos direitos colectivos
57 em nome de um enaltecimento da acção e
58 entrega individuais – são alguns exemplos
59 de concepções difundidas.

60 Assente na deturpação ideológica do real
61 de acordo com os interesses dominantes,
62 vivendo da promoção do imediato e parcelar
63 em prejuízo do todo e do geral, procura-se
64 instituir uma forma de pensar e agir que a
65 partir da manipulação emocional desvaloriza
66 o racional, dispensa a reflexão, amarra a
67 acção de cada um ao sabor de interesses
68 que, não sendo os seus, lhe são apresen-
69 tados como tal.

70 Uma complexa teia de concepções que,
71 ainda que absorvida inconscientemente,
72 condiciona a forma de pensar de cada um,
73 tolda o exercício individual de observação
74 crítica da realidade concreta, cria critérios de
75 avaliação e elementos de juízo de valores
76 opostos aos de uma ideologia emancipa-
77 dora.

78 Esta teia, em que se incluem os currícu-
79 los escolares, os padrões de entretenimento
80 ou modos de vida social, tem na comunica-
81 ção social peça essencial, crescentemente
82 sequestrada pelo poder económico que
83 nega a objectividade e o rigor do jornalismo
84 e desvaloriza os seus profissionais, pro-
85 move a mentira e dissemina o «pensamento
86 único», a par do papel das plataformas digi-
87 tais de impacto mundial, que na aparência
88 de espaço livre e não censurado com que
89 são apresentadas se inserem no controlo,
90 censura e dominação económica e política
91 por parte dos oligopólios da forma de pensar
92 e enquanto condicionante das liberdades e
93 da própria democracia.

94 **4.3.2.** A luta ideológica é parte do con-
95 fronto de classe mais vasto com que o
96 Partido está comprometido. O confronto
97 permanente entre condicionamento ideol-
98 ógico para minar a influência do PCP e a
99 intervenção dos comunistas para a alargar é
100 uma tarefa de todos os dias. Por mais des-
101 favorável que se apresente isso não inibe
102 as possibilidades e o espaço real de uma

1 intervenção que também no plano ideológico
2 se contraponha ao que as forças do grande
3 capital difundem.

4 Uma resposta sustentada na vida e aspi-
5 rações concretas que em última instância
6 moldam a consciência social e política dos
7 trabalhadores e do povo. Tomando a ini-
8 ciativa, potenciando os meios do Partido,
9 intervindo para a partir da realidade concreta

10 e das condições objectivas em presença
11 ampliar a consciência da necessidade da
12 superação de um sistema iníquo e desu-
13 mano. Sem perder de vista que a batalha
14 ideológica se ganha em definitivo na batalha
15 mais geral da luta pela transformação da
16 sociedade. Uma luta que os comunistas
17 impulsionam e que o capital tenta atrasar
18 e impedir.

1
2
3
4

Capítulo 5

Os objectivos políticos da acção do PCP.

A luta pela alternativa patriótica e de esquerda

5 **5.0.** O XXII Congresso inscreve como
6 objectivos políticos da acção do PCP, no
7 momento actual, a ruptura com a política
8 de direita, a defesa do regime democrá-
9 tico, a afirmação da política patriótica e
10 de esquerda e a construção da alternativa
11 política, indissociáveis da Constituição da
12 República Portuguesa e dos direitos e pro-
13 jecto que consagra. Uma alternativa política
14 que se insere na luta pela concretização da
15 Democracia Avançada com os valores de
16 Abril no futuro de Portugal, que o PCP propõe
17 no seu Programa, como etapa actual da
18 luta pelo socialismo e o comunismo. Objectivos
19 para cuja concretização têm de conver-
20 gir o desenvolvimento da luta de massas, o
21 fortalecimento das organizações unitárias de
22 massas e o trabalho político unitário, e em
23 que é determinante o reforço e afirmação
24 do Partido.

25 **5.1. Política patriótica e de esquerda:** 26 **necessidade imperiosa**

27 A gravidade e dimensão dos problemas
28 nacionais não se resolve com variantes da
29 política de direita, seja com que protago-
30 nistas for. Sem a ruptura com a política de
31 direita, os défices estruturais agravar-se-ão,
32 o País ficará mais dependente e debilitado,
33 a democracia mais fragilizada. A afirma-
34 ção da política patriótica e de esquerda é
35 um factor determinante para assegurar e
36 alcançar conquistas políticas, económicas,
37 sociais e culturais, favoráveis ao povo em
38 geral e aos trabalhadores em particular.

39 **5.1.1.** A política alternativa patriótica e
40 de esquerda, que o PCP propõe ao povo e

41 ao País, encontra na Constituição da Repú-
42 blica, nos direitos, no projecto e nos valores
43 que consagra, uma base para a sua concre-
44 tização plena.

45 Uma política patriótica que inscreve
46 a soberania e independência nacionais
47 como objectivo central, afirmando o direito
48 inalienável do poder de decisão do povo
49 português sobre as opções e orientações
50 indispensáveis para as concretizar, e a pre-
51 valência dessa vontade soberana sobre
53 todos e quaisquer constrangimentos e impo-
54 sições externas.

55 Uma política de esquerda que, sem hesi-
56 tação, assume a ruptura com a política de
57 direita e os interesses do grande capital e
58 inscreve como objectivo a valorização dos
59 direitos dos trabalhadores e do povo, a ele-
60 vação das condições de vida das classes e
61 camadas antimonopolistas, a promoção da
62 justiça e o progresso social.

63 Uma política que tem em si as soluções
64 para os problemas nacionais, para a recupe-
65 ração dos direitos e para a afirmação de um
66 caminho de progresso e de avanço, a partir
67 de eixos e objectivos essenciais:

68 **5.1.1.1. Valorizar o trabalho e os tra-**
69 **balhadores** – Aumentar os salários e valo-
70 rizaras carreiras e profissões e dignificar o
71 trabalho, regulando e reduzindo os horários,
72 erradicando a precariedade e promovendo
73 o pleno emprego, são factores essenciais
74 para melhorar as condições de vida, fixar
75 os trabalhadores e evitar a emigração e
76 desenvolver o País. Os interesses do capital
77 e do trabalho são antagónicos e o Estado
78 deve tomar partido pelos trabalhadores,
79 pugnando por uma mais justa distribuição

1 da riqueza, por um quadro legislativo que
2 proteja os seus direitos, designadamente
3 pela revogação das normas gravosas da
4 legislação laboral, por uma política fiscal
5 justa e por um sistema público, solidário e
6 universal de Segurança Social. Paralela-
7 mente, o Estado deve intervir, aumentando
8 o salário mínimo nacional e as pensões,
9 valorizando os salários e as carreiras na
10 Administração Pública, promovendo a con-
11 tratação colectiva.

12 **5.1.1.2. Assegurar o bem-estar e uma**
13 **Administração pública e serviços públi-**
14 **cos ao serviço do Povo** – Garantir uma
15 resposta pública, universal e gratuita, no
16 Serviço Nacional de Saúde e na Escola
17 Pública, incluindo no Ensino Superior, é
18 essencial para esse objectivo. Prevenir e
19 combater a pobreza; assegurar o bem-estar e a
20 participação das crianças e dos jovens; garan-
21 tir um envelhecimento com qualidade de vida;
22 defender a igualdade e os direitos das mulheres.
23 Salvar o acesso à habitação, à água,
24 ao saneamento, à energia, às telecomuni-
25 cações e à mobilidade, com a reversão dos
26 processos de liberalização e privatização.
27 Democratizar a criação e fruição culturais,
28 defender o património, valorizar a língua e
29 a cultura portuguesas.

30 **5.1.1.3. Promover o desenvolvimento**
31 **económico geral** – Assumindo uma eco-
32 nomia mista com um forte sector público
33 – moderno, dinâmico, eficiente – crucial
34 para promover a produção nacional, com: o
35 desenvolvimento da indústria; a aposta nas
36 políticas de investigação e desenvolvimento
37 tecnológico; o desenvolvimento da agricultura
38 e das pescas, garantindo a soberania alimen-
39 tar, apoiando as explorações agrícolas fami-
40 liares, a pesca artesanal e costeira, as micro,
41 pequenas e médias empresas e o sector
42 cooperativo. Garantir o controlo público dos
43 sectores estratégicos da economia, libertan-
44 do-a da acção dos monopólios e oligopólios.
45 Assegurar o planeamento e a cooperação.
46 Diversificar a actividade económica, com-
47 batar a monocultura intensiva na agricultura
48 e o peso excessivo do turismo. Garantir o
49 preço justo aos produtores e aos consumi-
50 dores. Dinamizar o investimento que deve
51 ser garantido por uma justa tributação de

52 rendimentos e património, verdadeiramente
53 progressiva, impedindo o saque dos meios
54 públicos pelos grupos económicos.

55 **5.1.1.4. Assegurar um País coeso e**
56 **equilibrado e a preservação da natureza**
57 – Um País coeso exige um maior equilíbrio
58 territorial, económico e social das regiões,
59 uma estrutura administrativa descentrali-
60 zada e eficaz, nomeadamente com a con-
61 cretização da regionalização, o combate ao
62 despovoamento com o desenvolvimento do
63 interior e do mundo rural e o ordenamento do
64 território. Garantir o aproveitamento racional
65 dos recursos e uma política ambiental que
66 salvguarde a natureza, o meio ambiente
67 e os ecossistemas e proteja o património
68 paisagístico natural e construído.

69 **5.1.1.5. Reforçar a democracia** – O que
70 exige, em primeiro lugar, a defesa do regime
71 democrático e dos valores de Abril com o
72 respeito e o cumprimento da Constituição
73 da República. Aprofundar os direitos, liber-
74 dades e garantias fundamentais, reforçar a
75 intervenção dos cidadãos na vida política e
76 os mecanismos de controlo de gestão pelos
77 trabalhadores. Tornar a Justiça acessível,
78 célere e efectiva; respeitar a autonomia do
79 Poder Local. Combater as discriminações.
80 Libertar a Comunicação Social do poder
81 hegemónico do grande capital. Promover
82 a transparência na Administração Pública,
83 designadamente nos contratos públicos.
84 Combater a corrupção e as opções que
85 estão na sua origem – PPP, privatizações,
86 concessões. Acabar com o domínio do
87 poder económico sobre o poder político.

88 **5.1.1.6. Recuperar instrumentos de**
89 **soberania e afirmar a independência**
90 **nacional** – O desenvolvimento pleno do
91 País não é possível sem a ruptura com con-
92 dicionamentos externos expressos na sub-
93 missão às imposições da UE, em especial
94 as associadas ao Euro. Requer a aposta
95 na cooperação e diversificação de relações
96 económicas mutuamente vantajosas, a
97 assunção do integral aproveitamento das
98 potencialidades do País colocando os recur-
99 sos e potencialidades nacionais ao serviço
100 do seu desenvolvimento.

101 **5.1.1.7. Promover a cooperação inter-**
102 **nacional e a paz** – Reclama que o País se

1 posicione, em todos os fóruns internacionais,
2 em defesa da resolução política dos conflitos
3 e do fim do crescente uso da força e das
4 sanções nas relações internacionais, denun-
5 ciando a escalada de confrontação, a corrida
6 aos armamentos e a ameaça das armas
7 nucleares. Portugal deve deixar de estar
8 subordinado à defesa do poder hegemónico
9 do imperialismo norte-americano, pugnar
10 pela dissolução da NATO e pela criação de
11 um sistema de segurança colectiva, combater
12 a militarização da UE e lutar por uma Europa
13 e um mundo de paz e cooperação.

14 **5.2. O caminho para a alternativa** 15 **política**

16 A construção da alternativa política
17 patriótica e de esquerda, que tem em Abril,
18 nos seus valores e conquistas, a sua prin-
19 cipal referência, é um caminho que exige,
20 de forma articulada e dialéctica, o desen-
21 volvimento da luta, a participação das mas-
22 sas, o fortalecimento da organização dos
23 trabalhadores e das massas populares e
24 a convergência de democratas e patrio-
25 tas em torno desse objectivo mobilizador.
26 Um caminho que é inseparável do reforço e
27 da afirmação do PCP – força indispensável
28 e insubstituível –, do seu projecto distintivo,
29 propostas e valores.

30 Um processo cuja construção resultará,
31 não de actos isolados, proclamatórios ou
32 voluntaristas, mas de uma acção determi-
33 nada coerente e persistente, capaz de fazer
34 confluir o conjunto de factores subjectivos e
35 objectivos que lhe darão corpo.

36 **5.2.1. A luta de massas**

37 A luta de massas, em que assume papel
38 de destaque a luta da classe operária e
39 dos trabalhadores, impulsionada pelos
40 objectivos concretos correspondentes à
41 situação existente, é um factor essencial
42 para ampliar a consciência das massas da
43 necessidade da ruptura. Luta de massas
44 que é a força motora da transformação
45 social, capaz de promover a alteração da
46 correlação e a própria arrumação de forças
47 no plano político, e que imporá a ruptura
48 com a política de direita e uma alternativa
49 política.

50 **5.2.2. O fortalecimento da organização** 51 **dos trabalhadores e das massas popu-** 52 **lares**

53 A força organizada dos trabalhadores e
54 das massas populares assenta em orga-
55 nizações e movimentos cuja orientação,
56 dimensão, enraizamento e capacidade de
57 mobilização influenciam decisivamente a
58 defesa e avanço de interesses e direitos,
59 a liberdade e a democracia, o progresso
60 social. Essas organizações e movimentos
61 unitários são fundamentais para expressar,
62 desenvolver e elevar a democracia participa-
63 tiva, a intervenção e a luta, sem as quais o
64 poder instituído do grande capital promove o
65 retrocesso e trava o futuro. Sendo tarefa de
66 sempre, na situação actual o fortalecimento
67 destas organizações e movimentos tem uma
68 urgência e exigência acrescidas.

69 **5.2.3. A convergência necessária de** 70 **democratas e patriotas**

71 A ampliação da convergência democrá-
72 tica em torno de uma política patriótica e
73 de esquerda, respeitando a diversidade de
74 pontos de vista e posicionamentos, deve
75 ser conseguida na base de um programa
76 político que, partindo dos direitos e projecto
77 consagrados na Constituição da República,
78 inscreva como objectivo a ruptura com a
79 política de direita, e deve agregar forças e
80 energias identificadas com o objectivo da
81 sua concretização.

82 O conjunto dos problemas que subsistem
83 na sociedade portuguesa, atingindo não
84 apenas os mais fragilizados, mas também
85 sectores da pequena e média burguesias,
86 fazem com que a ampla convergência dos
87 democratas e patriotas assumam uma impor-
88 tância fundamental para alcançar conquistas
89 políticas, económicas, sociais e culturais
90 favoráveis àquelas camadas, e com que o
91 reforço da unidade seja condição para der-
92 rotar a política de direita.

93 **5.2.4. O reforço e afirmação do Partido**

94 O reforço da intervenção, organização
95 e influência social, política e eleitoral do
96 PCP, com a sua identidade, o seu projecto,
97 o seu Programa, a política alternativa que
98 protagoniza, o seu compromisso com os
99 trabalhadores, o povo e o País, sejam quais
100 forem as circunstâncias, é condição primeira

1 para a alternativa, que não prescinde da
2 coragem política, da consistência e determi-
3 nação do PCP, que não podem ser diluídos
4 e são elemento decisivo do caminho que
5 Portugal precisa.

6 Podem conjecturar-se múltiplos cenários,
7 mas sem o reforço do PCP as aspirações
8 de mudança para uma vida melhor que
9 percorrem a sociedade portuguesa não se
10 concretizarão.

11 **5.2.5. Um governo para concretizar a** 12 **política alternativa**

13 A luta pela alternativa patriótica e de
14 esquerda reclama um governo patriótico
15 e de esquerda, capaz de a concretizar.
16 Um governo que terá de ser construído em
17 unidade, a partir de um programa claro, que
18 inscreva como elemento crucial e unifica-
19 dor a ruptura com a política de direita e o
20 cumprimento da Constituição da República
21 e que será composto por forças, sectores e
22 personalidades democráticas que se com-
23 prometem com estes objectivos e apoiado
24 pelas organizações e movimentos de mas-
25 sas dos sectores sociais antimonopolistas.
26 Um Governo cuja viabilidade e apoio polí-
27 tico e institucional está nas mãos do povo
28 português alcançar. Sendo indispensável à
29 construção da alternativa, o PCP será igual-
30 mente indispensável a um governo que lhe
31 dê expressão.

32 **5.3. A alternativa patriótica** 33 **e de esquerda, na luta pela** 34 **Democracia e o Socialismo**

35 A construção da alternativa política
36 patriótica e de esquerda, sendo uma abso-

37 luta necessidade e uma emergência para
38 fazer face aos problemas que se agravam
39 pela acção da política de direita, é também
40 uma possibilidade que se constrói todos os
41 dias.

42 A construção da alternativa política,
43 entendida enquanto condição e resultado
44 da ruptura com a política de direita, indis-
45 pensável para a concretização da política
46 patriótica e de esquerda, assente nos valo-
47 res de Abril, é parte integrante da luta pela
48 Democracia Avançada que o PCP propõe
49 na actual etapa da luta pelo socialismo e o
50 comunismo.

51 A criação de uma sociedade sem clas-
52 ses, inspirada pelos valores humanistas;
53 a libertação dos trabalhadores de todas as
54 formas de opressão e exploração; a demo-
55 cracia compreendida na complementaridade
56 das suas vertentes política, económica,
57 social e cultural; a intervenção permanente
58 e criadora das massas populares em todos
59 os aspectos da vida nacional; a inserção da
60 juventude na vida do País, como força social
61 dinâmica e criativa; a libertação de todo o
62 potencial do desenvolvimento científico e
63 técnico a favor do progresso social, da ele-
64 vação das condições de vida dos trabalha-
65 dores e do bem-estar do povo; a satisfação
66 das necessidades humanas no quadro de
67 uma relação harmoniosa e sustentável entre
68 o ser humano e a Natureza; o desapareci-
69 mento das discriminações, desigualdades,
70 injustiças e flagelos sociais; a construção
71 de um mundo de Paz e cooperação – são,
72 entre outros, alguns dos objectivos e das
73 possibilidades abertas pela construção da
74 sociedade nova.

1

Capítulo 6

2

A luta e as organizações

3

e movimentos de massas

4 **6.0. Vivemos tempos de resistência**
5 **e de acumulação de forças**, enfrentando
6 uma prolongada acção da política de direita,
7 de promoção do neoliberalismo e de acen-
8 tuada ofensiva política e ideológica para
9 consolidar o poder do grande capital. Tem-
10 pos de lutar para romper com esse rumo,
11 de afirmar a necessidade e a possibilidade
12 da construção de uma alternativa política
13 patriótica e de esquerda.

14 **6.1. A luta social e política**

15 Ao processo de recuperação capitalista
16 e à acção antidemocrática da política de
17 direita contrapõe-se a luta de massas, que
18 demonstra historicamente a sua força para
19 lhe resistir e avançar.

20 **A intensificação e alargamento da**
21 **luta é, por isso, uma questão central**
22 **do nosso tempo.** É indispensável para
23 derrotar os objectivos mais imediatos do
24 grande capital e condição necessária para
25 resistir à limitação de liberdades, direitos e
26 garantias e abrir caminho a um outro rumo
27 para o País.

28 **6.1.1.** No período desde o XXI Congresso,
29 **a luta da classe operária e dos trabalhado-**
30 **res** desempenhou um papel fundamental e
31 insubstituível na luta organizada de resistên-
32 cia e conquista, em defesa dos seus direitos
33 e interesses, incentivando outros sectores e
34 camadas da população à luta e à participação
35 em grandes e combativas acções de massas,
36 destacando-se pela sua dimensão, diversi-
37 dade e dinâmica em milhares de acções.

38 Confirmando o enraizamento, influên-
39 cia, capacidade de intervenção, acção e

40 mobilização da CGTP-IN e dos sindicatos
41 do Movimento Sindical Unitário (MSU), a
42 luta desenvolvida em unidade, a partir das
43 empresas e locais de trabalho, com um forte
44 envolvimento e participação dos trabalha-
45 dores, em greves, paralisações, plenários,
46 concentrações, abaixo-assinados, desfiles,
47 manifestações, teve importantes momentos
48 de convergência sectorial e geral, em que se
49 destacam as jornadas de luta do 1.º de Maio.

50 Mobilizados pela CGTP-IN e pelos sindi-
51 catos que integram o MSU, os trabalhadores
52 dos sectores público e privado enfrentaram
53 com determinação a política de direita e a
54 ofensiva patronal reivindicando o aumento
55 dos salários, a defesa e valorização da con-
56 tratação colectiva, melhores condições de
57 trabalho, a redução dos horários, comba-
58 teram a precariedade e defenderam direi-
59 tos, incluindo o de organização e de livre
60 exercício da acção sindical, tendo, em mui-
61 tos casos, essa luta alcançado importantes
62 resultados.

63 **6.1.2.** É igualmente de sublinhar o valor
64 e a importância da **luta de outras classes,**
65 **camadas e grupos sociais.**

66 Na luta dos pequenos e médios agriculto-
67 res e dos compartos dos baldios, destacam-
68 -se dezenas de concentrações, marchas de
69 tractores e manifestações, realizadas num
70 quadro particularmente difícil, de perda de
71 rendimentos e de direitos decorrentes da
72 aplicação da Reforma da Política Agrícola
73 Comum.

74 A luta da juventude desenvolveu-se
75 em torno dos direitos dos estudantes, por
76 melhores condições, contra os exames
77 nacionais, contra as propinas, pela acção

1 social escolar e pelo alojamento, ou dos
2 jovens trabalhadores, em particular contra a
3 precariedade, com centenas de acções nas
4 escolas e locais de trabalho, mas em que se
5 destacam as acções em torno do 24 e 28 de
6 Março, Dias do Estudante e da Juventude,
7 para lá de uma participação expressiva na
8 luta geral.

9 É de relevar também o papel importante
10 de lutas em torno de problemas específicos
11 que afectam camadas e sectores diversos
12 como os micro, pequenos e médios empre-
13 sários, pescadores e pequenos armadores,
14 intelectuais e quadros técnicos, profissionais
15 das forças e serviços de segurança, opera-
16 dores da Justiça, sinistrados do trabalho,
17 militares, trabalhadores e agentes das artes
18 e da cultura, as mulheres, os reformados,
19 pensionistas e idosos, os imigrantes, os
20 emigrantes ou as pessoas com deficiência.

21 Salientam-se, ainda, as lutas das popu-
22 lações em defesa do Serviço Nacional de
23 Saúde, em torno do direito à habitação,
24 ao transporte e outros serviços públicos,
25 contra o aumento do custo de vida, bem
26 como as muitas acções pela paz, contra
27 o branqueamento do fascismo e a guerra,
28 particularmente de solidariedade com a
29 Palestina, bem como o combate a todas as
30 discriminações e preconceitos, nomeada-
31 mente em função da orientação sexual, con-
32 tra o racismo e a xenofobia, ou em defesa
33 do ambiente.

34 **6.1.3. A luta eleitoral** é expressão da
35 luta mais geral que se trava numa correla-
36 ção de forças desfavorável e em condições
37 profundamente desiguais entre as forças ao
38 serviço do capital e as que se lhe opõem.

39 O papel do PCP na vida nacional não
40 pode ser avaliado exclusivamente pela sua
41 representação institucional nem pelos seus
42 resultados eleitorais. O peso e papel do PCP
43 na sociedade portuguesa vão muito além
44 disso, mas não se podem desvalorizar os
45 reflexos que a expressão eleitoral tem sobre
46 o conjunto da actividade do Partido, na luta
47 e nas condições em que esta se trava, na
48 intervenção e nos meios para influenciar o
49 rumo da vida nacional.

50 A influência eleitoral do PCP ao longo do
51 tempo tem evoluções de sentido diverso,

52 com avanços e recuos, que importa ter em
53 conta numa linha de afirmação, resistência
54 e avanço.

55 O PCP teve de enfrentar um prolongado
56 enquadramento caracterizado pela hostili-
57 dade e menorização, pela continuada falsi-
58 ficação de posicionamentos para alimentar
59 preconceitos e estreitar o seu espaço de
60 crescimento, pela promoção de forças e
61 concepções reacconárias, pelo favoreci-
62 mento mediático de outros e por forjadas
63 dinâmicas bipolarizadoras, com o objectivo
64 de reduzir as escolhas a opções semelhan-
65 tes, branquear responsabilidades e escon-
66 der soluções alternativas.

67 Nesse contexto, sem prejuízo de insu-
68 ficiências próprias, o PCP enfrentou todas
69 as oito batalhas eleitorais realizadas desde
70 o XXI Congresso como importantes espa-
71 ços de participação, esclarecimento, alar-
72 gamento unitário e de mobilização para o
73 voto, construindo campanhas de massas,
74 inseridas nos objectivos de cada processo
75 eleitoral e no sentido geral de denúncia
76 da política de direita e de afirmação da
77 alternativa patriótica e de esquerda. Nes-
78 tes processos manifestou-se uma redução
79 da influência eleitoral do Partido, mas ao
80 mesmo tempo evidenciou-se uma resistên-
81 cia face aos ambicionados objectivos da
82 operação que contra ele os seus inimigos
83 desencadearam.

84 Nos próximos quatro anos, serão realiza-
85 das as eleições para as autarquias locais,
86 no final de 2025, onde se intervirá para afir-
87 mar e consolidar o projecto de Trabalho,
88 Honestidade e Competência, consubstan-
89 ciado pela CDU no Poder Local; as eleições
90 para Presidente da República, no início de
91 2026, em que o PCP terá uma intervenção
92 própria sobre o modo como vê e defende
93 o exercício das funções de Presidente da
94 República, contribuindo para que se asse-
95 gure, a partir deste órgão de soberania, o
96 respeito e cumprimento da Constituição da
97 República Portuguesa; e ainda as eleições
98 para as Assembleias Legislativas Regionais
99 dos Açores e da Madeira e as eleições para
100 a Assembleia da República.

101 O reforço da influência eleitoral do PCP
102 tem de continuar a ser um objectivo indisso-

1 ciável da organização, intervenção e acção
2 políticas.

3 **6.1.4. No quadro institucional e polí-**
4 **tico** sobressaem os seguintes aspectos:
5 uma correlação de forças nas instituições
6 mais favorável aos interesses e objectivos
7 do grande capital e ao aprofundamento da
8 política de direita e de retrocesso de direitos
9 e conquistas de Abril; o crescimento das
10 forças que protagonizam projectos reaccio-
11 nários e fascizantes; a acção ou a disponi-
12 bilidade do PS para convergir nas matérias
13 de interesse do capital, promovendo ou
14 facilitando o avanço da política de direita e
15 dos projectos de confronto com Abril e com
16 a Constituição da República; a promoção de
17 factores de dispersão e divisão.

18 No quadro partidário predominam
19 partidos que, apesar de diferenças, são
20 expressão directa dos interesses do capi-
21 tal monopolista e que se têm revezado no
22 poder. Ganham expressão nos últimos anos
23 partidos que assumem abertamente con-
24 cepções reaccionárias, retrógradas e até
25 fascizantes que, para lá do empolamento
26 de diferenças, convergem com os objectivos
27 do grande capital. Regista-se o surgimento
28 de novas formações, algumas efémeras,
29 correspondendo a um esforço por parte dos
30 interesses dominantes de criação e promo-
31 ção de forças para alimentar factores de dis-
32 persão. Outras forças não disfarçam a sua
33 natureza social-democratizante, baseadas
34 em agendas ditas modernas e fracturantes,
35 com posicionamentos erráticos e incoeren-
36 tes, beneficiando da promoção mediática
37 que o capital lhes propicia para dificultar a
38 afirmação das opções mais consequentes.

39 **6.1.5. O balanço positivo da interven-**
40 **ção institucional dos eleitos do PCP, nas**
41 **autarquias locais, na Assembleia Legislativa**
42 **Regional da Madeira, na Assembleia da**
43 **República e no Parlamento Europeu, agindo**
44 **a partir de valores e critérios distintivos, não**
45 **dispensa o empenho permanente no enri-**
46 **quecimento do seu conteúdo, na articulação**
47 **com o trabalho geral do Partido em todos**
48 **os planos e da sua projecção nas massas.**

49 A CDU confirma-se como um importante
50 espaço de participação democrática e de
51 acção política que, tendo por base o PCP e

52 o PEV, integra na sua expressão a Associa-
53 ção Intervenção Democrática e milhares de
54 democratas sem filiação partidária. Desde
55 logo, pelo seu trabalho e projecto distintivo,
56 pelo seu exemplo de convergência demo-
57 crática, a CDU é a grande força de esquerda
58 no poder local.

59 **6.2. As organizações e movimentos** 60 **de massas**

61 Num quadro particularmente difícil e exi-
62 gente, com expressões diferenciadas e,
63 nalguns casos, não isentas de dificuldades
64 e insuficiências, as organizações e movi-
65 mentos de massas, desenvolveram uma
66 forte e intensa acção, iniciativa, proposta
67 e luta, que importa prosseguir, reforçar e
68 ampliar, assente na convergência e alarga-
69 mento para que as suas justas reivindica-
70 ções sejam apropriadas por cada vez mais
71 gente atingida pela política de direita.

72 **6.2.1. A organização unitária da classe** 73 **operária e dos trabalhadores. O movi-** 74 **mento sindical**

75 **6.2.1.1** A CGTP-IN – central sindical de
76 classe, unitária, democrática, independente,
77 solidária e de massas – com os Sindicatos
78 (filiados e não filiados que, identificando-
79 -se com os seus princípios e prática, com
80 ela cooperam), as Uniões e Federações
81 Sindicais estruturam o Movimento Sindi-
82 cal Unitário (MSU), organizando centenas
83 de milhares de trabalhadores, dezenas de
84 milhares de delegados sindicais e outros
85 representantes dos trabalhadores, a partir
86 de uma concepção e uma prática que privile-
87 giam a organização sindical de base, anco-
88 rando nos locais de trabalho o centro da sua
89 acção, do esclarecimento, da reivindicação,
90 da unidade e da luta. Uma concepção e
91 uma prática assentes no conhecimento da
92 realidade, na ligação regular e profunda aos
93 trabalhadores e no incentivo à sua participa-
94 ção activa na vida e na acção sindical.

95 O XV Congresso da CGTP-IN foi uma
96 poderosa demonstração de confiança, estí-
97 mulo e afirmação de uma força organizada,
98 influente e mobilizadora, que constituiu um
99 elemento decisivo na luta que continua.
100 Nele, a CGTP-IN, reafirmou a sua identifica-

1 ção com os valores de Abril, a sua natureza
2 de classe, os seus princípios e objectivos,
3 quando a política de direita, agora execu-
4 tada pelo governo PSD/CDS, leva mais
5 longe o agravamento das injustiças e amplia
6 e intensifica a exploração, a ofensiva contra
7 os trabalhadores e os seus direitos, ao ser-
8 viço do grande capital.

9 O Congresso apontou como objectivos
10 imediatos de luta o aumento dos salários,
11 a valorização das carreiras e profissões, o
12 combate à desregulação e a redução dos
13 horários de trabalho, a defesa da contrata-
14 ção colectiva, a revogação das normas gra-
15 vosas da legislação laboral, nomeadamente
16 a revogação da caducidade da contratação
17 colectiva e a reposição do princípio do tra-
18 tamento mais favorável ao trabalhador, o
19 combate à precariedade e a defesa do tra-
20 balho com direitos, das funções sociais do
21 Estado e dos serviços públicos, uma maior
22 justiça fiscal bem como a revitalização do
23 aparelho produtivo nacional.

24 Por tudo o que representa e defende,
25 a CGTP-IN é, desde sempre, um dos
26 principais alvos do grande capital e seus
27 defensores, que recorrem a diversifica-
28 das tentativas de divisão e desagregação,
29 visando enfraquecê-la, atingir o seu pro-
30 jecto transformador e, por essa via, minar
31 a unidade e a luta organizada dos traba-
32 lhadores, para intensificar a exploração
33 e promover o retrocesso social. É neste
34 contexto que se inserem diversas tentativas
35 de ingerência e condicionamento da auto-
36 nomia e independência e do funcionamento
37 democrático do MSU, nomeadamente a
38 criação e promoção de estruturas divisio-
39 nistas, para além da UGT.

40 Componente central desta acção divisio-
41 nista e desagregadora ao serviço do grande
42 capital são as concepções sectárias, antide-
43 mocráticas e contrárias à unidade em que
44 se inserem os ataques aos comunistas que
45 intervêm no MSU. Com recurso à mentira
46 e falsificação, procuram esconder que a
47 força e influência dos comunistas no MSU
48 decorrem das opções dos trabalhadores em
49 eleições democraticamente realizadas, em
50 resultado da forma abnegada como muitos
51 comunistas se entregam ao trabalho sindical

52 e à luta dos trabalhadores, em unidade com
53 muitos outros trabalhadores, com ou sem
54 filiação partidária, com determinação na
55 acção e firmeza nos princípios.

56 Aos comunistas, de acordo com os seus
57 princípios e prática unitária, coloca-se a
58 necessidade de contribuir para: o reforço do
59 MSU, a partir dos seus sindicatos; a sindica-
60 lização, questão central e decisiva da qual
61 depende o presente e o futuro do MSU; a
62 eleição de trabalhadores com provas dadas
63 como delegados sindicais e representa-
64 tes para a Segurança e Saúde no Traba-
65 lho (SST); o rejuvenescimento e reforço
66 da estrutura sindical; alargar a unidade e a
67 acção convergente dos trabalhadores e das
68 suas organizações representativas (ORT);
69 uma iniciativa audaciosa de exercício da
70 actividade sindical com o objectivo de asse-
71 gurar a intervenção, acção reivindicativa e
72 organização em empresas, locais de traba-
73 lho e serviços onde hoje não existe; potên-
74 ciando a força organizada das massas e a
75 acção colectiva, condição para a elevação
76 da consciência social e política.

77 **6.2.1.2.** As Comissões de Trabalhadores
78 (CT) representam uma importante reali-
79 dade em muitas empresas, com expressão
80 concreta na acção das comissões e sub-
81 comissões, das coordenadoras regionais e
82 sectoriais. Havendo situações de tentativas
83 de condicionamento e instrumentalização do
84 papel das CT, é na intervenção no âmbito
85 das suas competências, na convergência e
86 cooperação com o MSU e na sua estreita
87 ligação com os trabalhadores que se forta-
88 lece o esclarecimento, a unidade, a organi-
89 zação e a luta.

90 **6.2.2. Outras organizações e movi- 91 mentos**

92 No **movimento camponês** registam-se
93 dificuldades na organização dos pequenos
94 e médios agricultores e da agricultura fami-
95 liar, não obstante a confirmação do reco-
96 nhecimento da Confederação Nacional da
97 Agricultura (CNA) e da Federação Nacional
98 dos Baldios (BALADI), que realizaram, com
99 êxito, o seu 9.º Congresso e a 7.ª Conferên-
100 cia, respectivamente, e da manutenção de
101 influência e de ligações ao poder político de
102 outras confederações, independentemente

1 de dificuldades em estruturas de base suas
2 associadas.

3 Prosseguem, sem êxito visível, movimen-
4 tações para a criação de novas estruturas
5 designadamente para promover projectos
6 reaccionários.

7 A realidade do **movimento dos pesca-**
8 **dores**, cuja intervenção se concentra na
9 defesa dos direitos laborais dos pescadores
10 e na defesa da actividade da pesca, enfrenta
11 a desvalorização económica e social desta
12 actividade.

13 O **movimento dos micro, pequenos**
14 **e médios empresários**, em que se des-
15 taca a Confederação Portuguesa das Micro,
16 Pequenas e Médias Empresas (CPPME),
17 integra associações de tipo muito diverso,
18 de base territorial ou sectorial, com presença
19 em todo o País, reflectindo as contradições
20 inerentes a esta camada antimonopolista,
21 num contexto de dificuldades na participa-
22 ção associativa.

23 O **movimento juvenil** confirma-se
24 como realidade heterogénea, expressa nas
25 Associações de Estudantes, na Interjovem/
26 /CGTP-IN, nas Associações Juvenis, inscri-
27 tas ou não no Registo Nacional do Associa-
28 tivo Juvenil e na Federação Nacional de
29 Associações Juvenis, bem como em muitos
30 grupos informais. O Encontro Nacional de
31 Direcções Associativas (ENDA), apesar de
32 contradições, continua a ser um espaço de
33 articulação e convergência do Movimento
34 Estudantil no ensino superior. O movimento
35 juvenil confirma características que eviden-
36 ciam dinamismo, iniciativa e vivacidade.

37 A JCP desenvolveu, no quadro da sua
38 autonomia, a sua acção com a juventude,
39 inserindo-se, pela acção geral dos seus mili-
40 tantes, no seio do movimento juvenil, inter-
41 vindo no Conselho Nacional de Juventude,
42 de cuja direcção fez parte, pugnando pelo
43 seu carácter de plataforma ampla, e articu-
44 lando iniciativas com outras expressões,
45 designadamente no âmbito da Plataforma
46 pela Paz e pelo Desarmamento.

47 A JCP, cujo 12.º Congresso se realizou
48 a 15 e 16 Maio de 2021 sob o lema «Mil
49 Lutas no Caminho de Abril», assumiu um
50 destacado papel na dinamização da luta
51 pelos direitos da juventude e pela paz, na

52 afirmação dos valores de Abril e na exigên-
53 cia da ruptura com a política de direita.

54 Com uma diversificada intervenção nas
55 escolas do Ensino Secundário, do Ensino
56 Profissional e nas Instituições do Ensino
57 Superior, em que o jovens comunistas se
58 destacam na defesa dos interesses dos
59 estudantes, com uma significativa influência
60 dos seus membros no Movimento Estudan-
61 til, com intervenção que importa intensificar
62 junto dos jovens trabalhadores, promovendo
63 a sua organização, unidade e luta, com
64 acção crescente de solidariedade interna-
65 cionalista, pela Paz ou contra as discrimina-
66 ções relativamente às jovens, ao racismo e
67 à xenofobia, ou em função de questões da
68 sexualidade, alargando a sua intervenção
69 a novas áreas do desporto e da cultura,
70 designadamente a partir de bairros, a JCP
71 contribui para o prestígio do Partido junto da
72 Juventude e confirma-se como a organiza-
73 ção revolucionária da juventude portuguesa.

74 Na luta desenvolvida pelo **movimento**
75 **de mulheres** pelos seus direitos assumem
76 particular importância o Movimento Demo-
77 crático de Mulheres (MDM), que dinamiza no
78 plano nacional a sua intervenção em defesa
79 dos direitos das mulheres, pela igualdade,
80 emancipação e justiça social, num mundo de
81 Paz; a organização e luta das trabalhadoras
82 pelo direito ao trabalho com direitos e contra
83 as discriminações, a partir dos locais de
84 trabalho, com o importante o contributo da
85 Comissão para a Igualdade entre Mulheres
86 e Homens (CIMH), organização específica
87 da CGTP-IN, e as comissões para a igual-
88 dade dos Sindicatos, Federações e Uniões;
89 a par da acção de outras expressões da
90 luta das mulheres em torno de questões da
91 saúde da mulher, dos direitos das grávidas
92 no SNS, das mulheres na cultura, na ciên-
93 cia, entre outras. Uma intervenção que se
94 desenvolve num contexto em que se adensa
95 a pressão política e ideológica visando a
96 diluição dos problemas e reivindicações das
97 mulheres e a sua luta organizada.

98 No **movimento dos reformados** des-
99 tacam-se o Movimento Unitário de Reform-
100 mados, Pensionistas e Idosos (MURPI),
101 que tem assumido um importante papel na
102 valorização das associações de reforma-

1 dos, pensionistas e idosos, nomeadamente
 2 enquanto espaços de convívio, e na luta
 3 por aumentos anuais das reformas e pen-
 4 sões que reponham o poder de compra,
 5 no combate à pobreza entre idosos, por
 6 serviços públicos de qualidade e proximi-
 7 dade que assegurem o direito a envelhecer
 8 com qualidade de vida e bem-estar, e a
 9 Inter-Reformados/CGTP-IN que, a partir da
 10 estrutura do Movimento Sindical, desenvolve
 11 uma importante acção assente na solidarie-
 12 dade intergeracional na luta pela valorização
 13 dos salários e das pensões dignas, contra o
 14 aumento da idade de reforma e a sua reposi-
 15 ção nos 65 anos, pelo direito à reforma sem
 16 penalizações com 40 anos de descontos.

17 Nestes anos têm visibilidade crescente o
 18 **movimento associativo imigrante**, inter-
 19 vindo nos processos de regularização e na
 20 defesa dos seus direitos, interesses e valo-
 21 res culturais, assim como na sua integração
 22 e de denúncia dos problemas com que se
 23 confrontam no dia-a-dia; o **movimento em**
 24 **defesa do direito à habitação**, que integra
 25 organizações e estruturas muito diversas,
 26 que ganhou dimensão e reforçou a interven-
 27 ção em resposta às crescentes dificuldades
 28 no acesso à habitação, incluindo com a
 29 realização de acções de carácter nacional;
 30 o **movimento contra o racismo e a xeno-**
 31 **fobia**, cuja acção assume uma inegável
 32 actualidade face à necessidade de desen-
 33 volver, em várias frentes, o combate a ideias
 34 e atitudes racistas e xenófobas e às forças
 35 reacçãoárias que as promovem; o **movi-**
 36 **mento da paz**, com fortes movimentações,
 37 particularmente em torno da solidariedade
 38 com a Palestina ou com Cuba, pela Paz e o
 39 desarmamento, contra a guerra e a NATO.

40 **Na diversidade de organizações de**
 41 **peças com deficiência** assumem parti-
 42 cular importância as que reflectem e actuam
 43 por soluções que previnam e combatam as
 44 crescentes dificuldades com que a maioria
 45 das pessoas com deficiência se confrontam,
 46 na rejeição a uma concepção assistencia-
 47 lista e caritativa das políticas públicas e pelo
 48 cumprimento dos seus direitos.

49 O **movimento associativo popular**, com
 50 uma imensa actividade, nomeadamente
 51 recreativa, desportiva e cultural, sob diversas

52 formas, constitui um exemplo de vida demo-
 53 crática e participação colectiva, de promo-
 54 ção de valores e concepções progressistas.
 55 Embora ignorado pelo poder central e ainda
 56 a reestabelecer-se das dificuldades decorren-
 57 tes da epidemia de Covid-19, continua a ter
 58 um importante papel na vida do País.

59 Regista-se ainda a acção do **movimento**
 60 **em defesa da cultura**, centrado nos direitos
 61 dos trabalhadores e agentes culturais e do
 62 objectivo de alcançar 1% para a cultura;
 63 do **movimento de utentes** em torno dos
 64 serviços públicos que detém um importante
 65 património de conhecimento e reivindicação
 66 em sua defesa, congregando a nível nacio-
 67 nal as diversas Comissões de Utes, e
 68 que tem desenvolvido uma importante acção
 69 na sua dinamização, na luta e na promoção
 70 de debates, tribunas públicas entre outras
 71 iniciativas; da **resistência Antifascista**, em
 72 que se destaca a importante acção da União
 73 de Resistentes Antifascistas Portugueses
 74 (URAP), pelo persistente esclarecimento e
 75 denúncia do que foi o fascismo e de promo-
 76 ção dos ideais da liberdade e da democracia
 77 e de defesa das conquistas de Abril; do
 78 **movimento dos trabalhadores científicos**,
 79 pelo seu reconhecimento como trabalhado-
 80 res, realizando, em 2023, a maior manifes-
 81 tação do sector em décadas; do **movimento**
 82 **associativo emigrante**, enquanto espaço
 83 federador e socializador dos portugueses
 84 que vivem e trabalham no estrangeiro;
 85 das **Associações Humanitárias de Bom-**
 86 **beiros**, com uma diversificada actividade
 87 social, para lá das acções de protecção
 88 civil, mesmo que a braços com dificulda-
 89 des de financiamento, sustentabilidade e
 90 funcionamento; das **Associações de Pais**,
 91 crescentemente ligadas às respostas a
 92 necessidades educativas; do **movimento**
 93 **cooperativo**, que reduziu o seu peso na
 94 vida do País, reflectindo uma política ao
 95 serviço do capital monopolista que procura
 96 eliminar formas de organização económica
 97 não capitalistas; do **movimento em defesa**
 98 **do ambiente**; do **movimento contra a**
 99 **pobreza**; do **movimento contra as porta-**
 100 **gens**; do **movimento contra o aumento**
 101 **do custo de vida** ou das **associações de**
 102 **desenvolvimento local**.

1 **6.3.** Torna-se indispensável tomar a
2 iniciativa a partir da discussão nas orga-
3 nizações do Partido, envolvendo os mili-
4 tantes comunistas que intervêm nesses
5 movimentos e associações, na definição de
6 prioridades a partir da realidade concreta,
7 contribuindo para o desenvolvimento da luta
8 promovida pelas organizações e dos movi-
9 mentos de massas, para o fortalecimento da
10 sua acção e organização, a promoção da
11 unidade e convergência contrariando acções
12 divisionistas, contribuindo para romper com

13 a política de direita e as suas consequên-
14 cias para as diferentes camadas e secto-
15 res, assim como para engrossar a força e o
16 caminho para a construção de uma política
17 alternativa, patriótica e de esquerda.

18 Estes objectivos requerem dos comunis-
19 tas uma atenção, disponibilidade e empenho
20 no reforço do trabalho político unitário e for-
21 talecimento da acção destas organizações,
22 desde logo pela sua ligação à realidade e
23 às massas e pela valorização do papel que
24 elas assumem.

Capítulo 7

Partido.

Identidade, coragem, iniciativa, reforço

4 **7.0.** A situação da humanidade mostra
5 claramente que o capitalismo não só não
6 resolve as contradições insanáveis que con-
7 denam ao obscurantismo, à fome, à doença
8 e à exploração milhões de seres humanos,
9 como agrava o seu carácter explorador,
10 opressor, agressivo e predador. Ao mesmo
11 tempo, o aproveitamento dos avanços e
12 conquistas da ciência e da técnica – que
13 se colocados ao serviço da humanidade,
14 possibilitariam níveis de desenvolvimento
15 e emancipação nunca antes experimenta-
16 dos –, é limitado e mesmo subvertido pelas
17 relações de produção capitalistas, visando o
18 agravamento da exploração e o lucro.

19 Neste tempo reforça-se a justeza e a
20 actualidade do projecto comunista. Esse é
21 o projecto do Partido Comunista Português,
22 reafirmado no seu centenário, em 2021,
23 momento alto da vida do grande colectivo
24 partidário em que foram evidenciadas as
25 características da sua identidade: é o partido
26 da classe operária e de todos os trabalha-
27 dores, que defende os interesses das classes
28 e camadas antimonopolistas, independente
29 da influência, dos interesses, da ideologia e
30 da política das forças do capital, com uma
31 estreita ligação à classe operária, aos traba-
32 lhadores e ao povo em geral; tem por objec-
33 tivos supremos a construção do socialismo
34 e do comunismo, de uma sociedade liberta
35 da exploração e da opressão capitalistas;
36 tem como base teórica o marxismo-lenin-
37 nismo, concepção materialista e dialéctica
38 do mundo, instrumento de análise, guia para
39 a acção, ideologia crítica e transformadora;
40 tem princípios de funcionamento decorren-
41 tes do desenvolvimento criativo do centra-

42 lismo democrático, assentes numa profunda
43 democracia interna, numa única orientação
44 geral e numa única direcção central; é um
45 partido patriótico e internacionalista.

46 **7.1 A intervenção do Partido,** 47 **resistência e iniciativa**

48 Só um grande Partido, alicerçado na sua
49 identidade e na profunda ligação aos traba-
50 lhadores, ao povo, à vida, agindo sobre a
51 realidade que quer transformar, com cora-
52 gem política, ideológica e de intervenção,
53 com forte militância, é que poderia resistir
54 à dimensão da ofensiva anticomunista que
55 prosseguiu e se desenvolveu sobre si desde
56 o último Congresso. O anticomunismo, que
57 dá sustentação ideológica à ofensiva con-
58 tra o Partido, além da acção quotidiana de
59 ocultação, manipulação e deturpação das
60 opiniões, propostas e projecto do Partido,
61 teve momentos de particular intensidade,
62 nomeadamente a propósito: da firme atitude
63 de defesa da liberdade e da democracia
64 e do exercício dos direitos democráticos
65 articulada com as medidas de protecção
66 da saúde durante a epidemia de Covid-
67 -19; da decisão de não aceitar a recusa à
68 solução dos problemas e a degradação das
69 condições de vida que o PS queria impor
70 com o Orçamento do Estado para 2022;
71 da posição clara de denúncia da escalada
72 da guerra e de exigência da paz na Ucrâ-
73 nia; da rejeição e denúncia das acções de
74 desestabilização e ingerência do imperia-
75 lismo norte-americano e da reafirmação
76 da solidariedade com os povos, nomeada-
77 mente com a Venezuela bolivariana; dos

1 resultados obtidos pela CDU nos últimos
2 actos eleitorais.

3 Por muito que custe ao grande capital e
4 às forças políticas ao seu serviço, o PCP,
5 ancorado na sua natureza, na experiên-
6 cia de luta acumulada durante mais de um
7 século e na profunda ligação à realidade
8 social e política actuais, continuará a impul-
9 sionar a luta pelas transformações revolucio-
10 nárias de que os trabalhadores, o povo e o
11 País necessitam.

12 Neste tempo e contexto nacional e inter-
13 nacional, o PCP orgulha-se da sua história
14 na luta contra o fascismo, pela liberdade
15 e a democracia, na Revolução de Abril e
16 na defesa das suas conquistas, evidencia
17 a coragem que se impõe e reafirma a sua
18 determinação em concretizar o seu projecto
19 revolucionário, libertador e humanista.

20 **7.1.1. A acção do Partido** foi diversifi-
21 cada e muito intensa desde o XXI Congresso.
22 A intervenção do Partido e a luta dos traba-
23 lhadores e do povo fizeram frente à ofensiva
24 do grande capital, resistindo e conseguindo
25 conquistar direitos, e foram a mais firme
26 oposição à política ao serviço dos grupos
27 económicos e da submissão à UE, desen-
28 volvida pelos governos do PS, de forma
29 agravada no governo com maioria abso-
30 luta, e pelo governo PSD/CDS, em funções
31 desde Abril de 2024, que a está a prosseguir
32 e intensificar.

33 Neste período, realizaram-se as come-
34 morações do Centenário do PCP com um
35 notável programa de afirmação do Partido,
36 da sua identidade e projecto sob o lema
37 «Liberdade, democracia e socialismo –
38 o futuro tem partido», nomeadamente a
39 forte expressão nas ruas por todo o País,
40 incluindo 100 acções em 100 locais, no dia
41 do centenário, 6 de Março de 2021, e o
42 grande comício no Campo Pequeno em
43 Março de 2022.

44 No período entre os dois congressos, o
45 Partido foi chamado a intervir nas eleições
46 autárquicas de 2021, em duas eleições para
47 a Assembleia da República (em Janeiro de
48 2022 e Março de 2024), nas eleições para
49 Presidente da República de 2021, em elei-
50 ções para as Assembleias Legislativas das
51 Regiões Autónomas dos Açores (em 2024)

52 e da Madeira (em 2023 e 2024) e nas elei-
53 ções para o Parlamento Europeu (em Junho
54 de 2024), tendo realizado dois encontros
55 nacionais neste âmbito.

56 Do conjunto diversificado de iniciati-
57 vas realizadas, há que destacar a acção
58 de reforço do Partido, nomeadamente a
59 acção de fortalecimento da organização nas
60 empresas e locais de trabalho «100 células,
61 100 responsáveis», a campanha de recruta-
62 mento, a campanha nacional de fundos e a
63 campanha de difusão do *Avante!*.

64 Registam-se as comemorações do 50.º
65 aniversário da Revolução de Abril, com um
66 programa de acções do Partido integradas
67 na poderosa afirmação dos valores de Abril
68 que as comemorações populares expres-
69 saram.

70 O Partido promoveu uma larga interven-
71 ção sobre os problemas dos trabalhadores,
72 do povo e do País, como acções nacio-
73 nais sobre os direitos dos trabalhadores,
74 incluindo a realizada sob o lema «Mais força
75 aos trabalhadores», a intervenção geral
76 «Viver melhor na nossa terra», o roteiro
77 sobre a produção nacional, os Encontros
78 Nacionais da Cultura, Habitação e Protec-
79 ção Civil, acções nacionais sobre habitação,
80 saúde, crianças e pais com direitos. Sali-
81 tam-se as acções desenvolvidas em torno
82 da Paz e da solidariedade internacionalista,
83 nomeadamente com o povo palestino.
84 Registam-se as iniciativas no âmbito dos
85 aniversários do Partido e do 25 de Abril
86 assim como a realização, anualmente, da
87 Festa do Avante!.

88 «Tomar a iniciativa, reforçar o Partido,
89 responder às novas exigências» foi o lema
90 da Conferência Nacional realizada pelo
91 Partido em Novembro de 2022. Importante
92 iniciativa que, convocada com o objectivo
93 de «*contribuir para a análise da situação e*
94 *dos seus desenvolvimentos, centrada na*
95 *resposta aos problemas do País, nas priori-*
96 *dades de intervenção e reforço do Partido e*
97 *na afirmação do seu projecto, suscitando um*
98 *amplo envolvimento do colectivo partidário e*
99 *promovendo uma confiante perspectiva de*
100 *futuro*», além de outras relevantes decisões,
101 traçou orientações com vista ao reforço do
102 Partido e da sua ligação à vida, às massas.

1 Num contexto de grande e prolongada
2 ofensiva anticomunista, o Partido assumiu
3 as suas responsabilidades no plano nacional
4 e internacional.

5 **7.1.2. Os princípios de funcionamento,**
6 base da força do Partido, da sua coesão e
7 democracia interna, de ligação às massas,
8 garantia da sua acção confiante, coerente e
9 eficaz, constituem um elemento central do
10 compromisso dos militantes com o Partido
11 que se valoriza.

12 **7.1.3. O trabalho de direcção** do Par-
13 tido nos anos que decorreram desde o XXI
14 Congresso assumiu-se e desenvolveu-se,
15 na afirmação do Partido, da sua identidade,
16 projecto e objectivos, em condições particu-
17 larmente exigentes. Teve que enfrentar a
18 epidemia e as profundas consequências que
19 produziu no plano social, político e partidá-
20 rio; uma situação nacional com agravamento
21 de problemas económicos e sociais e pro-
22 cessos eleitorais imprevistos com alterações
23 significativas no plano institucional; uma
24 situação internacional de grande instabili-
25 dade, incerteza e com graves acontecimen-
26 tos; o prosseguimento e intensificação de
27 uma brutal acção contra o Partido.

28 Uma situação em que foi necessário
29 assegurar, com coragem e determinação,
30 uma intervenção no dia-a-dia que, não
31 prescindindo dos necessários elementos
32 tácticos, teve sempre em vista as respon-
33 sabilidades, os princípios e os objectivos
34 essenciais do Partido. Valoriza-se a acção
35 desenvolvida, sem ignorar insuficiências que
36 importa ultrapassar.

37 O Comité Central cumpriu o seu papel
38 de direcção superior do trabalho do Partido.
39 Realizou 22 reuniões, debateu a situação
40 nacional e internacional, a acção e reforço do
41 Partido, aprovou orientações e tomou deci-
42 sões quanto às diferentes matérias, desig-
43 nadamente sobre questões de direcção e
44 relativas ao Secretário-Geral do Partido.

45 A eleição de Jerónimo de Sousa para
46 Secretário-Geral do Partido realizada no
47 seguimento da eleição do Comité Central
48 no XXI Congresso, traduziu a consideração
49 pelo Comité Central da importância da exis-
50 tência de um Secretário-Geral do Partido,
51 possibilidade que os Estatutos contemplam.

52 A questão entretanto colocada pelo cama-
53 rada de substituição nessas funções, pela
54 avaliação da sua situação de saúde e das
55 exigências correspondentes às responsa-
56 bilidades que assumia, conduziram a que
57 em Novembro de 2022, o Comité Central,
58 no uso das suas competências, elegeisse o
59 camarada Paulo Raimundo para Secretário-
60 -Geral do Partido.

61 Os organismos executivos do Comité
62 Central – a Comissão Política e o Secre-
63 tariado – desempenharam as suas fun-
64 ções numa situação de grande exigência
65 com regularidade do seu funcionamento,
66 tomando a iniciativa e dando resposta face
67 a problemas complexos e inesperados.

68 A Comissão Central de Controlo asse-
69 gurou as suas competências e responsa-
70 bilidades pela fiscalização da legalidade
71 estatutária das actividades do Partido, a
72 intervenção como instância de recurso de
73 qualquer organismo ou militante e a fiscali-
74 zação das contas do Partido.

75 As estruturas de apoio à direcção central
76 confirmaram a sua importância, no apoio ao
77 trabalho, no estudo, sistematização, elabo-
78 ração e dinamização, embora com desequi-
79 líbrios entre as diversas áreas e sectores e
80 insuficiência de resposta.

81 Relativamente às direcções das organi-
82 zações regionais – que assumem um papel
83 de grande significado no trabalho de direc-
84 ção do Partido no âmbito regional respectivo
85 e na articulação entre a direcção central, as
86 estruturas intermédias e as organizações
87 de base – sublinha-se a acção realizada no
88 cumprimento das suas funções ao mesmo
89 tempo que se revelam situações muito dife-
90 rentes de organização para organização
91 regional, quanto à dimensão da organiza-
92 ção, aos quadros e à estrutura de direcção.

93 Quanto às comissões concelhias e outros
94 organismos intermédios de direcção, nomea-
95 damente de sectores profissionais e de
96 empresas, que desempenham um importante
97 papel de direcção, destaca-se o trabalho
98 desenvolvido, incluindo no plano da iniciativa
99 e ligação às massas, mas também situações
100 de fragilidade, enconchamento e falta de ini-
101 ciativa, registando-se ainda uma insuficiente
102 cobertura territorial e dimensão sectorial.

1 O trabalho de coordenação de empresas
2 e sectores de âmbito nacional e plurirregio-
3 nal, de inegável importância, teve fragilida-
4 des e diferenças significativas no conteúdo,
5 aprofundamento de conhecimento e dina-
6 mização do trabalho e no funcionamento
7 – com regularidade em alguns sectores e
8 empresas, irregularidade noutros e quase
9 inexistência em alguns –, reflectindo acu-
10 mulação de tarefas e o grau de responsabi-
11 lização de quadros por sectores e empresas
12 em cada direcção de organização regional.

13 **7.1.4.** O papel dos **quadros** revelou-se
14 determinante entre o XXI e o XXII Con-
15 gresso, fase em que se colocaram parti-
16 culares exigências à actividade do Partido.
17 A acção e intervenção do PCP não teria sido
18 possível sem o trabalho abnegado, persis-
19 tente, revolucionário de cada membro do
20 Partido, e em particular dos seus quadros,
21 que assumem com dedicação as tarefas
22 que lhes estão colocadas. Esta assunção
23 de tarefas tem alicerce fundamental na sua
24 identificação com o ideal e projecto comu-
25 nistas. Destaca-se a realização em curso
26 da acção de responsabilização de mil novos
27 quadros até final de 2024.

28 Entre os quadros, importa valorizar e
29 destacar os funcionários do Partido, pelo
30 seu papel indispensável na dinamização
31 do funcionamento e intervenção. Presente-
32 mente o número de funcionários do Partido
33 é de cerca de trezentos (incluindo camara-
34 das reformados no activo).

35 A complexidade da luta de classes,
36 nomeadamente na sua expressão ideoló-
37 gica, exige camaradas cada vez mais bem
38 preparados e resistentes às permanentes
39 tentativas do capital para desagregar, lançar
40 a dúvida e definir os temas políticos a terem
41 centralidade em cada momento. A partici-
42 pação nas reuniões, a sua preparação e o
43 estudo individual são elementos fundamen-
44 tais da vida militante. A realização de cursos
45 e outras acções de formação – seja no plano
46 central seja ao nível das organizações – con-
47 tinua a ser um meio insubstituível para o
48 estudo e aprofundamento do conhecimento
49 da base teórica e da linha política do Partido.

50 No período decorrido desde o XXI Con-
51 gresso, independentemente de dificuldades,

52 desenvolveu-se um importante trabalho.
53 Realizaram-se na Escola do Partido 34 cur-
54 sos em que participaram 639 camaradas,
55 incluindo o curso para funcionários do Par-
56 tido. Realizaram-se ainda 7 acções de for-
57 mação sobre temas específicos – centenário
58 do Partido, situação internacional e luta
59 antifascista – nas quais participaram 623
60 camaradas. Nas Organizações Regionais
61 realizaram-se 116 acções de formação com
62 a participação de cerca de 1850 camaradas.

63 **7.1.5.** A **organização** é decisiva para o
64 Partido, inerente à sua natureza e determi-
65 nante para a concretização dos seus objec-
66 tivos.

67 Os efectivos do Partido integram 47 612
68 membros, registando-se uma redução em
69 consequência do número de recrutamentos
70 não ter compensado aqueles que deixaram
71 de ser contabilizados como membros do
72 Partido, em particular por falecimentos.

73 A composição social no essencial man-
74 têm-se com uma larga maioria de operários
75 e empregados (68,9%) e uma forte compo-
76 nente operária (35%). A composição etá-
77 ria em que 10,4% têm menos de 40 anos,
78 36,9% entre 41 e 64 anos e 52,7% mais
79 de 64 anos, traduz um aumento percentual
80 dos membros do Partido com mais de 64
81 anos. A percentagem de mulheres (32,9%)
82 aumentou.

83 Nos últimos anos foram recrutados 3452
84 novos militantes, o que traduz um cresci-
85 mento relativamente ao período entre o XX
86 e o XXI Congressos. Um número que, sendo
87 insuficiente, é positivo, ainda mais no con-
88 texto político em que ocorreu, com uma
89 violenta ofensiva anticomunista. Dos novos
90 membros do Partido 72,9% tinham até 50
91 anos quando aderiram ao Partido.

92 Mantém-se no essencial a proporção dos
93 membros do Partido integrados em organis-
94 mos e 31,7% estão a pagar quotas, número
95 que é insuficiente para as necessidades.

96 Existem 2183 organismos, incluindo orga-
97 nizações que reúnem em plenário. Destes,
98 324 são organismos de empresa e local de
99 trabalho e 532 são organismos a partir dos
100 locais de residência.

101 Na acção de reforço do Partido no âmbito
102 das orientações do XXI Congresso e da

1 Conferência Nacional destacam-se: a con-
2 cretização da acção 100 responsáveis/100
3 células que atingiu os objectivos, apesar de
4 nem todas as responsabilizações verificadas
5 e células criadas se terem consolidado;
6 a campanha de recrutamento «O futuro
7 tem Partido» com a adesão de 2570 novos
8 militantes, que permitiu a intensificação do
9 recrutamento e a integração de novos mili-
10 tantes; o desenvolvimento e alargamento
11 do estilo de trabalho no sentido de tomar a
12 iniciativa e de ligação aos trabalhadores e
13 às massas populares.

14 **7.1.6.** O Partido depende cada vez mais
15 da sua organização e dos seus meios de
16 **informação e propaganda** para intervir,
17 combater a ofensiva ideológica, ampliar a
18 consciência política e de classe dos traba-
19 lhadores, informar e esclarecer as massas
20 populares, dinamizar a luta, afirmar o seu
21 ideal e projecto. Este é um combate que se
22 coloca nas tarefas de informação e propa-
23 ganda em todas as organizações, a todos
24 os membros do Partido, em todas as esferas
25 da vida.

26 A informação e propaganda do Partido
27 é um meio fundamental de transformação,
28 mas também um instrumento para a ligação
29 da organização às massas, devendo caracte-
30 rizar-se pela verdade, clareza, síntese,
31 justeza, rigor, natureza de classe e afirma-
32 ção da proposta e da política alternativa.

33 As tarefas de propaganda foram intensas
34 com as diversas batalhas eleitorais, bem
35 como com campanhas específicas como
36 «Mais força aos trabalhadores» e «Viver
37 melhor na nossa terra», estimulando novos
38 estilos de trabalho de intervenção concreta
39 por diversos meios, e de visibilidade e audá-
40 cia da presença de rua, através de meios
41 sonoros e outros complementares às dis-
42 tribuições de documentos, elevando-as a
43 acções de agitação de massas, traduzindo
44 a concretização de linhas de trabalho dis-
45 cutidas no âmbito da reunião de quadros
46 sobre comunicação realizada em Novembro
47 de 2023.

48 O trabalho central nas plataformas digi-
49 tais registou avanços na intencionalidade da
50 comunicação e na produção de conteúdos
51 específicos. Foi alargada a presença em

52 mais plataformas, havendo insuficiências
53 na produção em função de cada plataforma
54 e atrasos na difusão de conteúdos dirigi-
55 dos. As organizações demonstraram mais
56 atenção a esta tarefa, nomeadamente com
57 a abertura de contas em mais plataformas,
58 ainda que com insuficiente produção de
59 conteúdos específicos.

60 **A imprensa partidária** – o *Avante!* e
61 *O Militante* – assume uma importância deci-
62 siva na informação, na batalha ideológica,
63 na ligação às massas e na organização.
64 A campanha de difusão do *Avante!* levada a
65 cabo confirmou as potencialidades de alar-
66 gamento da sua venda regular, seja através
67 de bancas de rua ou através da organização
68 do Partido.

69 Na **actividade editorial** revela-se a
70 importância da intervenção própria do Par-
71 tido. Registam-se os progressos no trabalho
72 digital, permitindo mais autonomia face à
73 distribuição, bem como nas edições digitais
74 e traduções, ampliando as possibilidades de
75 intervenção e alargamento.

76 **A Festa do Avante!**, a maior iniciativa
77 político-cultural do País, profundamente
78 enraizada no povo, é um espaço de valo-
79 rização da arte e da cultura, da alegria e
80 convívio, de fraternidade e luta. Resultado
81 da capacidade de realização e organização
82 do PCP e do trabalho colectivo é ainda um
83 importante momento para ultrapassar pre-
84 conceitos anticomunistas e afirmar o ideal
85 e o projecto do Partido. As últimas edições,
86 confirmando essas características, constituí-
87 ram importantes êxitos, inseparáveis da edi-
88 ção de 2020 e da firmeza, coragem política,
89 responsabilidade e capacidade organizativa
90 reveladas.

91 **7.1.7.** O trabalho de **fundos** do Partido
92 é fundamental para que este cumpra o seu
93 papel. A independência financeira do Par-
94 tido, indispensável para a sua independên-
95 cia política e ideológica, implica garantir o
96 financiamento a partir dos meios próprios
97 com origem na contribuição dos militantes e
98 apoiantes e na sua iniciativa e exige critérios
99 de gestão rigorosos.

100 Nos últimos quatro anos (2020-2023) foi
101 possível ter os meios necessários para a
102 obtenção de um resultado positivo que se

1 valoriza, para o qual foi decisivo o empenha-
2 mento e determinação das organizações e
3 militantes do Partido e o apoio dos trabalha-
4 dores e do povo, mas que não pode criar a
5 ilusão que estão ultrapassadas as dificulda-
6 des enunciadas em Congressos anteriores.

7 Trata-se de um resultado para o qual foi
8 determinante a implementação de medidas
9 assentes no reforço das receitas próprias,
10 que representam 90,7% do total – como
11 sejam as quotas, as contribuições de mili-
12 tantes do Partido, de eleitos e de membros
13 das mesas de voto, os donativos de amigos
14 e simpatizantes, as iniciativas de angariação
15 de fundos –, assim como uma redução de
16 despesas sem limitar a intervenção e uma
17 gestão rigorosa de todos os meios partidá-
18 rios. Destacam-se o êxito da Campanha
19 Nacional de Fundos no âmbito do Cente-
20 nário do Partido e o esforço em torno da
21 campanha da quota em dia e da elevação
22 do seu valor que confirma a importância da
23 quotização no financiamento do Partido.
24 Neste período, manteve-se a dependên-
25 cia da maioria das organizações regionais
26 em relação aos apoios centrais, não atin-
27 gindo assim o objectivo de assegurar os
28 meios suficientes para o equilíbrio financeiro
29 das suas contas. No conjunto do Partido,
30 as receitas institucionais (9,3% no total) e
31 outras receitas extraordinárias continuaram
32 a ser indispensáveis para os resultados
33 obtidos.

34 Confirmam-se as características do finan-
35 ciamento partidário, que traduzem o esforço
36 do Partido, indissociável da sua natureza
37 de classe, para assegurar a sua interven-
38 ção na base dos seus meios próprios, não
39 dependente de subvenções do Estado e de
40 terceiros, e reafirma-se a necessidade de
41 dar combate a mecanismos de ingerência na
42 vida interna que visam criar estrangulamen-
43 tos e condicionar a acção e independência
44 financeira do Partido.

45 As medidas implementadas confirmam
46 potencialidades, mas são insuficientes, o
47 que coloca a necessidade e urgência de
48 prosseguir, com exigência e rigor, o desen-
49 volvimento do trabalho para o equilíbrio
50 financeiro, indispensável para garantir os
51 meios da acção do Partido.

52 **7.1.8.** O Partido desenvolveu uma intensa
53 **actividade internacional.** Realizou encon-
54 tros bilaterais com partidos comunistas e
55 outras forças progressistas e participou em
56 variados eventos de âmbito bilateral ou mul-
57 tilateral, incluindo de carácter solidário e anti-
58 -imperialista. Contribuiu para o processo
59 dos Encontros Internacionais de Partidos
60 Comunistas e Operários. Agiu no sentido da
61 salvaguarda de princípios básicos de rela-
62 cionamento entre partidos comunistas e na
63 unidade na acção no movimento comunista
64 e revolucionário internacional. Empenhou-se
65 no Apelo comum para as eleições para o Par-
66 lamento Europeu de 2024 e na defesa dos
67 princípios confederais do Grupo Esquerda
68 Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica
69 – A Esquerda no Parlamento Europeu. Rece-
70 beu em Portugal forças políticas de diver-
71 sos países, sendo de salientar a presença
72 regular de dezenas de delegações na Festa
73 do Avante!. Tomou posição pública sobre
74 questões internacionais e contribuiu para
75 o desenvolvimento da luta pela paz e da
76 solidariedade internacionalista em Portugal.

77 **7.2. O Partido e o seu papel, o reforço,** 78 **a iniciativa e a acção necessárias**

79 **7.2.0.** No seguimento do XXI Congresso
80 destaca-se a importância da Conferência
81 Nacional «Tomar a iniciativa, reforçar o Par-
82 tido, responder às novas exigências» pelas
83 orientações, estilo de trabalho e intervenção
84 que comporta.

85 Face à situação actual e à sua evolução
86 impõe-se dinamizar a acção do Partido de
87 forma integrada, envolvendo: a afirmação
88 do Partido, da sua identidade comunista e
89 do seu projecto; a ligação aos
90 trabalhadores e às massas populares; uma
91 ampla iniciativa política, incluindo no plano
92 institucional, que responda aos problemas
93 mais urgentes e afirme a política alternativa
94 patriótica e de esquerda; a intensificação da
95 luta dos trabalhadores e das populações; o
96 fortalecimento das organizações e movimen-
97 tos de massas; o trabalho com democratas
98 e patriotas; o reforço do Partido.

99 **7.2.1.** Ao Partido, às suas organizações e
100 militantes, coloca-se a necessidade de uma

1 permanente e **estreita ligação às massas**
2 e de uma audaciosa intervenção ligada aos
3 problemas e aspirações dos trabalhadores
4 e das populações e na luta para lhes dar
5 resposta.

6 É da ligação às massas, do conheci-
7 mento da realidade e da capacidade de
8 sobre ela intervir que depende a influência
9 social, política, ideológica e eleitoral do Par-
10 tido. A ligação às massas é um objectivo da
11 acção do Partido, mas também a origem da
12 sua força.

13 A organização do Partido é o meio fun-
14 damental na ligação às massas, no conheci-
15 mento dos seus problemas e aspirações, na
16 dinamização e organização da luta, garan-
17 tindo o seu carácter consequente e trans-
18 formador a partir dos problemas concretos
19 mais sentidos. A experiência mostra que é
20 na ligação às massas e na dinamização da
21 luta que se conhecem, e se recrutam para
22 o Partido, aqueles que mais se destacam.

23 É preciso alargar, aprofundar e inten-
24 sificar o trabalho de massas em todas as
25 dimensões. É indispensável continuar a
26 dar passos para que as organizações e os
27 militantes, nas mais diversas áreas e frentes
28 de trabalho, tenham presente a realidade em
29 que se inserem e os problemas existentes,
30 intervenham na mobilização e luta pela sua
31 resolução e promovam o esclarecimento,
32 organização, agitação e mobilização de
33 outros em torno das suas aspirações.

34 **7.2.2.** Ao Partido, às suas organizações
35 e militantes, coloca-se a necessidade de
36 **tomar a iniciativa** na dinâmica geral da
37 afirmação da ruptura com a política de
38 direita e por uma alternativa patriótica e de
39 esquerda, por uma democracia avançada
40 com os valores de Abril no futuro de Por-
41 tugal, pelo socialismo e também na acção
42 específica: pelo aumento geral dos salários;
43 pela promoção dos direitos das crianças e
44 dos pais; pelos direitos, sonhos e aspirações
45 da juventude; pela valorização das refor-
46 mas e pensões e pelo direito a envelhecer
47 com qualidade de vida; pela igualdade e os
48 direitos das mulheres; pela defesa e valori-
49 zação das funções sociais do Estado e dos
50 serviços públicos; pela defesa da cultura;
51 pela valorização da produção nacional; pela

52 defesa do ambiente e pelo acesso à água;
53 pelo direito à habitação, à mobilidade e aos
54 transportes públicos; pela defesa do regime
55 democrático e dos valores de Abril; pela paz
56 e a solidariedade com os povos.

57 **7.2.3.** Ao Partido, às suas organizações
58 e militantes, coloca-se a necessidade de
59 **uma intervenção que promova a luta,**
60 **a força organizada e a acção unitária,**
61 visando: desenvolver e intensificar a luta
62 dos trabalhadores e das massas populares;
63 desenvolver a acção de fortalecimento das
64 organizações e movimentos unitários de
65 massas; desenvolver a ligação e o trabalho
66 com outros democratas e patriotas.

67 **7.2.4.** Ao Partido, às suas organizações e
68 militantes, coloca-se a necessidade de **refor-**
69 **çar o Partido,** elemento decisivo para os
70 trabalhadores, o povo e o País. Um reforço
71 para o qual se impõe a concentração de
72 atenções em orientações prioritárias.

73 **7.2.4.1** No âmbito da **direcção,** a adop-
74 ção de medidas que respondam a uma
75 situação que exige soluções, nas suas diver-
76 sas dimensões, que permitam ao Partido
77 cumprir o seu papel como partido comunista,
78 com a sua identidade, natureza e objectivos,
79 sejam quais forem as condições de luta
80 dos próximos anos, e que implica coragem,
81 resistência e iniciativa.

82 As soluções para o Comité Central, os
83 organismos executivos – Comissão Política
84 e Secretariado – e a Comissão Central de
85 Controlo devem inserir-se nestes objectivos
86 gerais.

87 O Comité Central do PCP deve manter
88 as suas características, designadamente
89 quanto às suas competências e dimensão,
90 admitindo-se que possa ter alguma redução.
91 O Comité Central deverá manter uma larga
92 maioria de operários e empregados, com
93 uma forte componente operária. O Comité
94 Central deve integrar quadros do Partido
95 – funcionários e não funcionários – com
96 responsabilidades no trabalho de direcção,
97 oriundos de empresas e locais de trabalho,
98 participantes em organizações e movimen-
99 tos de massas, que se destacam em várias
100 áreas da vida nacional. A renovação deve
101 ter presente uma composição que associe
102 a participação de quadros com mais expe-

1 riência à responsabilização de jovens, bem
2 como o reforço da participação de mulheres.

3 Deve ser feita uma avaliação e reforço
4 das estruturas de apoio à direcção central,
5 nos seus objectivos de estudo, elaboração
6 e coordenação a nível nacional, sectorial,
7 com as frentes de massas e a acção ins-
8 titucional, considerando as prioridades, os
9 quadros e meios disponíveis, formas de
10 funcionamento colectivas e ágeis, que asse-
11 gurem uma intervenção pronta e o máximo
12 de informação e contribuição das organiza-
13 ções e membros do Partido, assim como
14 de muitas outras pessoas disponíveis para
15 essa participação.

16 Deve ser assegurada no trabalho de
17 coordenação de empresas e sectores de
18 âmbito nacional e plurirregional uma inter-
19 venção em que importa definir prioridades,
20 concentrar atenções e adoptar medidas
21 nas empresas e sectores prioritários, defi-
22 nir e clarificar responsabilidades e ligações
23 nas direcções das organizações regionais,
24 aperfeiçoar conteúdos, assegurar um fun-
25 cionamento baseado no trabalho colectivo,
26 na planificação da acção e na agilidade da
27 resposta e iniciativa.

28 Deve ser promovido, desenvolvido e con-
29 cretizado um **movimento geral de reforço**
30 **do trabalho de direcção e estruturação,**
31 **articulado com a responsabilização de**
32 **quadros,** com uma avaliação da realidade
33 concreta das prioridades do trabalho do
34 Partido, da situação de quadros e da orga-
35 nização, tendo nas circunstâncias actuais
36 como maior prioridade os quadros, a sua
37 determinação, resistência, iniciativa, par-
38 ticipação militante e preparação política e
39 ideológica.

40 Um movimento geral que:

41 – intervenha sobre a estrutura de direcção
42 aos diversos níveis – direcções de organi-
43 zações regionais, comissões concelhias,
44 organismos de direcção de sectores profis-
45 sionais, de empresas e outros organismos
46 intermédios, comissões de freguesia, entre
47 outros – tendo sempre em vista o estímulo
48 ao fortalecimento e criação de organizações
49 de base e a influência de massas;

50 – proceda a uma avaliação das direcções
51 das organizações regionais, sua compo-

52 sição, funcionamento, articulação com a
53 direcção central, as estruturas intermédias e
54 as organizações de base e tome as medidas
55 adequadas, tendo em conta a sua diversi-
56 dade e a realidade actual;

57 – assegure o dimensionamento adequado
58 aos organismos de direcção e o critério prin-
59 cipal da integração de quadros pelas suas
60 características e tarefas, partindo de uma
61 base alargada do trabalho de direcção e do
62 trabalho colectivo, mas corrigindo situações
63 de organismos demasiado alargados ou
64 com quadros sem tarefas atribuídas, bem
65 como situações de quadros com participa-
66 ção em múltiplos organismos de direcção
67 intermédios;

68 – dê prioridade a medidas para elevar a
69 estruturação, a capacidade de direcção do
70 Partido, a organização e intervenção com
71 os trabalhadores nas empresas, locais de
72 trabalho e sectores;

73 – alargue o número de organismos dirigen-
74 tes, nomeadamente comissões concelhias,
75 desde que se garantam condições para a
76 sua criação e funcionamento efectivo, con-
77 trariando a criação formal de organismos
78 sem consequências práticas;

79 – promova a adequação da estruturação das
80 organizações do Partido, com agregação ou
81 autonomização de modo a garantir o funcio-
82 namento efectivo do maior número possível
83 de organizações de base e o envolvimento
84 regular de um maior número de militantes;

85 – promova a iniciativa dos organismos de
86 direcção no âmbito das suas competências,
87 agindo no quadro da orientação geral e dos
88 princípios do Partido;

89 – estimule o trabalho colectivo, a iniciativa
90 individual e o controlo de execução com a
91 necessária avaliação do trabalho desenvol-
92 vido;

93 – integre a realização de assembleias de
94 todas as organizações que não as realiza-
95 ram no último ano, até ao final de 2026, sem
96 prejuízo da adopção de decisões urgentes
97 que se imponham.

98 **7.2.4.2** No âmbito dos **quadros,** com o
99 desenvolvimento de uma política, em toda
100 a sua abrangência, como elemento decisivo
101 para a afirmação e concretização do Pro-
102 grama do Partido, impõe-se:

1 – a procura permanente de quadros, o
2 conhecimento e a atribuição de responsa-
3 bilidades, a integração no trabalho colec-
4 tivo, o controlo de execução, o apoio à sua
5 preparação, formação e desenvolvimento;
6 – a responsabilização de quadros – com
7 destaque para operários, jovens e mulhe-
8 res – encarada como uma das grandes prio-
9 ridades do trabalho, na qual se assume o
10 objectivo de promover a responsabilização
11 de 1 000 novos quadros;
12 – a discussão com regularidade nos orga-
13 nismos, particularmente nos secretariados,
14 a avaliação dos quadros e o levantamento
15 de novos camaradas a responsabilizar;
16 – a avaliação, entre os quadros que se des-
17 tacam, dos que têm condições para funcio-
18 nários do Partido, particularmente operários,
19 mulheres e jovens;
20 – o desenvolvimento de uma acção arti-
21 culada de formação política e ideológica,
22 integrando o reforço da programação geral
23 de cursos e outras acções de formação
24 na Escola do Partido e nas organizações
25 regionais e o apoio e estímulo à formação
26 de cada quadro, para que possa cumprir o
27 seu papel nas exigentes condições em que
28 o Partido actua.

29 **7.2.4.3.** No âmbito da **organização**, ele-
30 mento decisivo para que o Partido possa
31 desempenhar o seu papel, é preciso garan-
32 tir:

33 – um funcionamento regular dos organis-
34 mos, assegurando um conteúdo que propi-
35 cie a abordagem da realidade, a formação
36 política e ideológica, a definição de linhas
37 de orientação e das tarefas respectivas na
38 base da análise política e das prioridades,
39 como elementos essenciais;
40 – o aumento da estruturação das organiza-
41 ções, com a criação de mais organismos e
42 a integração do maior número possível de
43 membros do Partido promovendo a partici-
44 pação independentemente da realização de
45 plenários de militantes;
46 – o recrutamento e integração de novos
47 militantes, com a discussão regular em
48 cada organização dos nomes daqueles que
49 devem ser abordados para membros do Par-
50 tido, dando particular atenção a operários e
51 outros trabalhadores que se destacam pela

52 sua consciência de classe e intervenção de
53 massas, bem como a jovens e mulheres e
54 com intervenção dos organismos superiores
55 relativamente a empresas, locais de traba-
56 lho, sectores e localidades em que não há
57 organização;
58 – o reforço da acção e organização do Par-
59 tido junto da classe operária e dos trabalha-
60 dores nas empresas e locais de trabalho,
61 fazendo uma avaliação geral das principais
62 empresas e sectores, das células e outros
63 organismos existentes, assegurando as
64 medidas para um funcionamento regular,
65 alargando o número de empresas com con-
66 tacto com membros do Partido e actividade
67 organizada, promovendo o conteúdo cen-
68 trado nos problemas e reivindicações dos
69 trabalhadores, na sua organização, unidade
70 e luta e na intervenção directa do Partido,
71 trabalhando para a criação de 100 novas
72 células e para elevar o número de membros
73 do Partido organizados a partir das estru-
74 turas de empresa, local de trabalho e sector;
75 – o funcionamento regular dos organismos
76 com os membros do Partido que intervêm
77 nas estruturas sindicais e nas CT;
78 – o fortalecimento das organizações locais,
79 com um conteúdo de intervenção ligado às
80 populações, uma avaliação da estruturação
81 das organizações existentes e medidas para
82 o seu funcionamento e dinamização, tendo
83 em conta a necessidade de intervenção,
84 o número de membros do Partido e a mili-
85 tância;
86 – o reforço da JCP e do trabalho com a
87 juventude, a intervenção junto de diversas
88 áreas, camadas e sectores sociais;
89 – a realização de assembleias das organi-
90 zações com regularidade aos vários níveis;
91 – a dinamização dos Centros de Trabalho,
92 enquanto espaços dinâmicos de apoio à
93 acção do Partido e de ligação e comuni-
94 cação junto das comunidades onde estão
95 inseridos, em que se exige a continuação da
96 sua avaliação geral e a adopção de medidas
97 para a resposta às necessidades do Partido.

98 **7.2.4.4.** No âmbito da **luta ideológica**,
99 que desempenha um papel central na luta
100 de classes, é prioritário desenvolver:
101 – a denúncia do capitalismo e da exploração
102 capitalista;

- 1 – a valorização do trabalho e dos trabalha-
- 2 dores, da sua unidade, organização e luta;
- 3 – a defesa dos direitos, das funções sociais
- 4 e dos serviços públicos e o combate às
- 5 expressões antidemocráticas de conteúdo
- 6 liberal;
- 7 – o combate às concepções reaccionárias
- 8 e fascistas, ao racismo, à xenofobia e ao
- 9 anticomunismo;
- 10 – a denúncia do imperialismo, da guerra e
- 11 da corrida aos armamentos e a defesa da
- 12 paz;
- 13 – o combate e denúncia das concepções da
- 14 social-democracia;
- 15 – a promoção da ruptura com a política
- 16 de direita e a afirmação da alternativa
- 17 política, dos valores de Abril, do projecto
- 18 do Partido.

19 **7.2.4.5.** No âmbito do trabalho de **infor-**
 20 **mação, propaganda e imprensa do Par-**
 21 **tido**, cuja importância cresce, assente nos
 22 meios próprios do Partido, é preciso pro-
 23 mover:

- 24 – a ampliação da difusão e alcance de todos
- 25 os meios, no plano central e das organiza-
- 26 ções, o que exige o reforço da interven-
- 27 ção com a responsabilização de quadros,
- 28 incluindo com conhecimentos técnicos espe-
- 29 cíficos;
- 30 – o desenvolvimento do contacto directo,
- 31 sem prejuízo do pleno aproveitamento de
- 32 outros meios de comunicação, que assume
- 33 particular importância e centralidade, como
- 34 expressão do papel insubstituível da liga-
- 35 ção às massas, do esclarecimento pessoal
- 36 resultante da acção das organizações e
- 37 de cada militante com o que representa de
- 38 relação directa na transmissão da mensa-
- 39 gem, de versatilidade de assuntos e temas
- 40 a abordar, de proximidade e contacto não
- 41 intermediado que a acompanha;
- 42 – uma presença do Partido que deve ser
- 43 persistente e contínua e não apenas em
- 44 função de campanhas nacionais, com uma
- 45 intervenção sobre os problemas concretos
- 46 nos locais de trabalho e nas localidades, e
- 47 a projecção junto das massas do trabalho
- 48 institucional, articulada com a tomada de
- 49 medidas de meios e de quadros por parte
- 50 das organizações para garantir a produção
- 51 de materiais próprios com prontidão;

- 52 – a unificação dos eixos fundamentais da
- 53 mensagem e a unidade visual dos elemen-
- 54 tos produzidos nas organizações, com prio-
- 55 ridade à densificação da produção local nas
- 56 suas diversas expressões;
- 57 – a garantia da qualidade da presença do
- 58 Partido na rua, incluindo através da reposi-
- 59 ção rápida de propaganda, não apenas para
- 60 a sua eficácia e afirmação de vitalidade,
- 61 mas também como exercício do direito de
- 62 propaganda política;
- 63 – uma melhor estruturação nas plataformas
- 64 digitais da difusão de conteúdos dirigidos a
- 65 grupos específicos e da intervenção organi-
- 66 zada dos comunistas, devendo prosseguir
- 67 a reflexão sobre o papel do Sítio central na
- 68 Internet, no sentido da sua valorização e
- 69 pleno aproveitamento;
- 70 – a necessária promoção e divulgação do
- 71 *Avante!* e de *O Militante* com a definição
- 72 de objectivos de venda, o alargamento da
- 73 rede de difusão orgânica e a promoção de
- 74 bancas regulares de rua, devendo prosse-
- 75 guir a reflexão sobre os seus conteúdos e
- 76 abordagem temática, bem como sobre a sua
- 77 edição digital;
- 78 – o prosseguimento na actividade editorial
- 79 da intervenção nos meios digitais, incluindo
- 80 em formato áudio, alargando quer a difusão
- 81 do marxismo-leninismo quer a abordagem
- 82 a temas de actualidade, e o avanço na arti-
- 83 culação da actividade editorial com a inter-
- 84 venção diária das organizações de forma a
- 85 potenciar a acção e reforço do Partido;
- 86 – o desenvolvimento do trabalho do Partido
- 87 junto da comunicação social com a divul-
- 88 gação persistente da sua intervenção, num
- 89 quadro mediático marcado pelo silencia-
- 90 mento, deturpação e expressões de anti-
- 91 comunismo, não prescindindo da denúncia
- 92 e do protesto, sempre que seja adequado;
- 93 – uma atenção continuada à Festa do
- 94 *Avante!*, com a afirmação das característi-
- 95 cas próprias que lhe dão um traço distintivo
- 96 e um reconhecido prestígio, a valorização
- 97 do seu programa e da sua capacidade de
- 98 atracção, nomeadamente entre a juventude,
- 99 a melhoria da eficácia, qualidade dos servi-
- 100 ços e conforto dos visitantes, a reflexão para
- 101 a simplificação da construção, a prioridade
- 102 da divulgação e promoção e da venda da

1 Entrada Permanente (EP) e a preparação da
2 sua 50.^a edição, em 2026, marco destacado
3 da sua afirmação e projecção futura.

4 **7.2.4.6.** No âmbito dos **fundos**, visando
5 obter os meios necessários para actividade
6 e assegurar a independência financeira do
7 Partido, impõe-se:

8 – o aproveitamento das potencialidades para
9 alargar a capacidade financeira e a concre-
10 tização de medidas assentes no rigor da
11 gestão, que permitam aumentar as receitas
12 próprias, controlar as despesas, reduzir a
13 dependência das organizações regionais de
14 apoios centrais e alargar o número das que
15 contribuem para a actividade geral do Partido
16 e diminuir o peso relativo de receitas institu-
17 cionais e extraordinárias sem menosprezar a
18 sua importância no total das receitas;

19 – dar prioridade à quotização, a mais regular
20 e estável receita no financiamento do Par-
21 tido, no alargamento das receitas próprias,
22 tomando medidas para aumentar o número
23 de camaradas a pagar quota, falar com cada
24 membro do Partido sobre a importância de
25 ter a sua quota em dia e para o aumento do
26 seu valor mensal – independentemente da
27 base de referência de 1% do rendimento
28 para a fixação do valor da quota mensal –,
29 promovendo a discussão em cada orga-
30 nismo, aumentando o número de cama-
31 radas que recolhem quotas, alargando o
32 pagamento por débito directo e realizando
33 o controlo de execução;

34 – destacar, ainda no plano do reforço das
35 receitas próprias, as contribuições de mili-
36 tantes e simpatizantes em torno de objec-
37 tivos concretos ou necessidades gerais, as
38 contribuições de eleitos e de outros cama-
39 radas em cargos públicos, no respeito pelo
40 princípio estatutário de não ser beneficiado
41 nem prejudicado no exercício desses car-
42 gos e as iniciativas e campanhas de fun-
43 dos;

44 – assegurar uma rigorosa e eficaz gestão e
45 manutenção do património;

46 – alargar a discussão, aprofundar o trabalho
47 de direcção, o trabalho colectivo e o controlo
48 de execução, responsabilizar mais camara-
49 das, criar e dinamizar estruturas que garan-
50 tam rigor na gestão, no controlo financeiro e
51 orçamental, garantir a prestação regular de

52 contas a todos os níveis, como elementos
53 fundamentais para ultrapassar dificuldades
54 e insuficiências e aproveitar possibilidades;
55 – promover a compreensão que a indepen-
56 dência financeira é uma prioridade a que
57 nenhuma organização e nenhum membro
58 do Partido podem ficar alheios.

59 **7.2.4.7.** No âmbito da **actividade interna-**
60 **cional** e acção internacionalista, elemento
61 indissociável da identidade do Partido, colo-
62 ca-se como prioridade contribuir para:

63 – o reforço do movimento comunista e revo-
64 lucionário internacional e o fortalecimento da
65 frente anti-imperialista;

66 – a luta pela paz e a solidariedade interna-
67 cionalista;

68 – a luta pelos direitos dos trabalhadores e
69 dos povos, contra a exploração e a opres-
70 são, pela liberdade, a soberania, a demo-
71 cracia, o progresso social e o socialismo.

72 O XXII Congresso afirma a sua confiança
73 na força e capacidade dos trabalhadores e
74 do povo para enfrentar uma realidade mar-
75 cada pela crescente instabilidade e agrava-
76 mento da situação internacional, e em que
77 no país se adensam os projectos de intensi-
78 ficação de uma política ao serviço do capital
79 monopolista e de promoção de concepções
80 retrógradas e reaccionárias que ameaça
81 direitos, condições de vida e a democracia.

82 Tempos de resistência e de luta em que
83 o Partido, os trabalhadores e o povo são
84 chamados a afirmar os valores de Abril e
85 a agir para abrir o caminho a um Portugal
86 com futuro, inseparável da sua acção pela
87 ruptura com a política de direita e pela cons-
88 trução de uma alternativa política, patriótica
89 e de esquerda.

90 Tempos para enfrentar o que aí está,
91 com coragem, determinação e iniciativa.
92 Com a confiança de quem ao longo de mais
93 de um século de intervenção sabe que é na
94 luta dos trabalhadores e do povo e no papel
95 determinante do PCP, que reside a condição
96 para resistir, avançar e vencer.

97 Tempos para tomar a iniciativa, por
98 Abril, pela democracia, pelo socialismo e
99 o comunismo.
100